

humanitas

Vol. LI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LI • MCMXCIX



SAUL ANTÓNIO GOMES
Universidade de Coimbra

UM FORMULÁRIO MONÁSTICO PORTUGUÊS MEDIEVAL: O MANUSCRITO ALCOBACENSE 47 DA BNL

1 – FORMULÁRIOS MEDIEVAIS

Parecerá redundante começar por recordar neste estudo, a importância que a escrita deteve na dinamização do processo histórico que projecta, desde há muitos séculos, as sociedades antigas para os (seus) tempos presentes e futuros. A tradição erudita ocidental remete ao aparecimento da escrita a génese dos territórios históricos, por oposição às orgânicas civilizacionais que prefiguram tal horizonte. Não é este, contudo, o momento para tal debate, nem, sequer, o objectivo essencial do que trazemos ao leitor¹.

A escrita, contudo, cedo descobriu a sua vocação para servir o normativo e para uma estabilidade preferencial que bibliotecas e arquivos lhe garantiam de forma mais ou menos eficaz. Ela foi, de facto, rapidamente apropriada e regulamentada pelos quadros detentores do poder social em todos os seus níveis. Apropriação que se fez dentro de um vastíssimo campo de comportamentos sociais que remeteram para alguns grupos ou comunidades reduzidas a aprendizagem e o controle das morfologias de escrita. Curiosamente, ou nem tanto, o exercício do poder controlava a prática da

¹ Tema que merece numerosos títulos bibliográficos que é impraticável arrolar aqui. A questão da origem, funções e usos sociais e históricos da escrita pode ser abordada a partir dos sugestivos estudos de Régis Debray, *Le Scribe. Genèse du Politique*, Paris, Bernard Grasset, 1980; Roland Barthes, *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, 1997 e Jacques Stiennon, *L'Écriture*, Turnhout-Brepols, (Col. "Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental" – fasc. 72), 1995.

escrita, mas remetia para sacerdotes e amanuenses o encargo da sua transmissão, a garantia da sua eficácia e a intencionalidade da sua perpetuação². A escrita, por entre gestualidades e rituais que traduzem tanto de cultural quanto de sagrado, serve a memória, tornando-se o seu lugar de eleição e permitindo que os grandes e pequenos feitos dos homens não sejam condenados a um frágil e injusto esquecimento³.

É no filão temático do serviço da ordem jurídica da sociedade medieval ocidental que posicionaremos o pequeno manuscrito que aqui divulgamos. Trata-se de um *Formulário* do Fundo Alcobacense de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, onde tem a numeração sequencial de “Códice n.º 47”. A sua importância deriva, em parte, quer da raridade que caracteriza este tipo de documentos históricos em Portugal, quer, ainda, do seu conteúdo que nos permite conhecer de modo mais aprofundado o labor da chancelaria monástica do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça nos séculos medievos, especialmente para um quadro cronológico centrado em torno de 1300.

Por *formulários* devemos entender, sob o ponto de vista diplomático, as colecções de actos escritos reproduzidas em suporte codicográfico, que tanto podem derivar de exemplos concretos e particulares, quando de formas estereotipadas de redacção documental⁴. O seu uso e proliferação acompanharam intimamente a evolução da sociedade medieval europeia que não cessou de valorizar, especialmente a partir do século XI, a ordenação jurídica dos comportamentos humanos. A recuperação do Direito de tradição romanista e a especialização de uma área afim desse saber jurídico, o Direito Canónico, irmana o surto das universidades, tanto quanto acompanha o aperfeiçoamento dos modelos institucionais monárquicos e a afirmação

² Armando Petrucci, “Pouvoir de l’écriture, pouvoir sur l’écriture dans la Renaissance italienne”, *Annales E.S.C.*, 43.º année, n.º 4, 1988, pp. 823-848; Maria José Azevedo Santos, “D. Pedro e o “poder da escrita” na Sé de Braga”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. I. O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Univ. Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 565-574.

³ Segundo uma fórmula clássica amplamente reproduzida nos documentos medievais, a “*scriptura*” é “*fida memoriae custos...*”. Tema que mereceu uma reflexão recente, no campo do texto paleográfico e da diplomática, na tese de doutoramento de António Ribeiro Guerra, *Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII. Gestos de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 27-29.

⁴ Vd. A. de Boudard, *Manuel de Diplomatie Française et Pontificale*. 1. *Diplomatique Générale*, Paris, 1929, pp. 113-158, *maxime* 154; Guido Van Dievoet, *Les Coutumiers, les Styles, les Formulaire et les “Artes Notariae”*, Turnhout-Brepols, (Col. “Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental” – Fasc. 48), 1986, pp. 75-82; Benoît-Michel Tock, *Une Chancellerie Épiscopale au XII^e Siècle. Le Cas d’Arras*, Louvain-la-Neuve, 1991, pp. 134-140.

precoce dos métodos de gestão eclesiástica centralizados na Cúria do Sucessor de S. Pedro.

Nesse contexto, encontramos importantes exemplos de formulários de chancelarias quer ao serviço do Império de Carlos Magno, quer à disposição da política reformadora dos Papas romanos. No primeiro caso, celebra-se o *Formulário de Marculfo*; no segundo, o famoso *Liber diurnus Romanorum Pontificum*⁵. Os formulários compendiam um saber polígrafo, polarizados por uma dimensão jurídica do documento e sempre apropriados pelos cuidados da prática retórica e de uma elegante *ars dictaminis*. A chancelaria apostólica romana conheceria ainda, no decurso dos tempos medievais, outros formulários⁶, a que se juntavam as sucessivas *regulae* regulamentadoras da actividade e produção diplomática da Cúria⁷.

Utilizados amplamente nas chancelarias pontifícia, imperial e régias, os formulários tornaram-se também comuns entre os meios de trabalho de chancelarias particulares, sobretudo as episcopais e as monásticas ou abaciais, divulgando-se, ainda, junto das oficinas de notários e tabeliães públicos e privados⁸. Entre as Ordens Regulares, a Cisterciense e a Premonstratense destacaram-se, dando amplo espaço à tradição da arte epistolográfica, sendo, por isso, frequentes os formulários desses religiosos existentes nos fundos de bibliotecas e de arquivos contemporâneos⁹.

⁵ Vd. A. de Bouard, *Op. cit.*, pp. 131-134, 138.

⁶ Reginald L. Poole, *Lectures on the History of the Papal Chancery down to the Time of Innocent III*, Cambridge, University Press, 1915, pp. 188-193; Charles H. Haskins, "Two Roman Formularies on Philadelphia", *Scritti di Storia e Paleografia. Miscelanea Francesco Ehrle*. Vol. IV. *Paleografia e Diplomatica*, Roma, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1924, pp. 275-286; André Wilmart, "Une formule de confirmation employée par la Chancellerie apostolique au XII.^e siècle", *Revue Bénédictine*, T. 47 (1935), pp. 279-284.

⁷ E. Von Otenthal, *Regulae Cancellariae Apostolicae. Die Papstlichen Kanzleiregeln von Johannes XXII. Bis Nicolaus V*, Innsbruck, 1888.

⁸ Cf. A. de Bouard, *Op. cit.*, pp. 155-158; Guido Van Dievoet, *Les Coutumiers...*, pp. 75-79. Sobre a "contaminação" da sociedade laica por estes modelos epistolográficos, vd. Linda Ehrsam Voigts, "A Letter from a Middle English Dictaminal Formulary in Harvard Law Library MS 43", *Speculum. A Journal of Medieval Studies*, 56 - 3 (1981), pp. 575-581.

⁹ A. de Bouard, *Op. cit.*, p. 147. Sobre os formulários (e costumeiros) cistercienses leia-se o importante estudo de Jean Leclercq, "Le Formulaire de Pontigny", *Miscellanea Populeтана*, Poblet, 1966, pp. 229-265 e também, do mesmo Autor, "Un Formulaire de Chancellerie de l'Abbaye d'Orval", *Cîteaux. Commentarii Cistercienses*, XXI (1970), pp. 300-302. Para outras instituições eclesiásticas, vd. Michel Zimmermann, "Un Formulaire du X.^e siècle conservé à Ripoll", *Faventia*, 4 - 2 (1982), pp. 25-86; Laurent Morelle, "Archives épiscopales et formulaire de chancellerie au XII.^e siècle: remarques sur les privilèges épiscopaux connus par le Codex de Lambert de Guines, évêque d'Arras (1093/94 - 1115)", *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250 - La Diplomatie Épiscopale avant 1250*, Innsbruck, 1995, pp. 255-268.

Por seu turno, os centros eclesiásticos portugueses, desde os mais remotos tempos alto-medievais, utilizaram formas de redacção inspiradas em formulários centro-europeus¹⁰. Nalguns *scriptoria* beneditinos, aliás, como sucedeu em Pendorada, a redacção documental atingiu, já no século XI, um apreciável nível cultural, a que não terá sido alheio o conhecimento de alguns formulários correntes em ambientes cluniacenses¹¹. Em território diplomático diocesano portuense, conhecia-se, em finais do século XII, certa *ars dictaminis* própria das *Rationes dictandi*, cujas origens são situadas por volta de 1135¹².

Partindo da cópia ou da selecção de um modelo preexistente, o *dictator* monástico cisterciense, ou de qualquer outra Ordem de raiz monástica ou mendicante¹³, recolhia em manuscrito as fórmulas diplomáticas que se adaptassem à realidade da sua abadia no contexto histórico em que vivia. Serviam-lhe quer manuscritos autorizados que corriam entre os Mosteiros da Ordem, divulgando modelos primigénitos de redacção documental, quer os próprios documentos avulsos que copiava para o formulário em organização¹⁴. Com o passar do tempo, contudo, transformando-se os problemas que afectavam o Mosteiro, bem como a teia de relações institucionais que

¹⁰ Como lembra Maria José Azevedo Santos, no seu estudo “O ‘Ornamento Literário’ em Documentos Medievais: o Preâmbulo ou Arenga (773 (?) – 1123)”, *Biblos*, LXVIII (1992), Coimbra, pp. 307-333, *maxime* 312, nota 15.

¹¹ José Mattoso, “A Cultura Monástica em Portugal (875-1200)” e “*Sanctio*”, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1983, pp. 355-393 e 394-440.

¹² Citado por José Mattoso, “A Cultura Monástica em Portugal (875-1200)”, *cit.*, p. 374, nota 36.

¹³ As Ordens Mendicantes, especialmente Franciscanos e Dominicanos, usaram também abundantemente de formulários e costumeiros, o que revela que a escrita diplomática, no seu seio, era bem mais cultivada do que os respectivos fundos arquivísticos, sobreviventes até aos nossos dias, deixariam pressupor. Vd. Clément Schmitt, “Documents sur la Province Franciscaine de Strasbourg aux XIV-XV^e siècles d’après un Formulaire de Lucerne”, *Archivum Franciscanum Historicum*, T. 59 (1966), pp. 209.-300; Michael Bihl, “Formulae et Documenta et Cancellaria. Fr. Michaelis de Cesena, O.F.M., Ministri Generalis 1316-1338. (Dissertur de aliquibus actis eiusdem)”, *Archivum Franciscanum Historicum*, T. 23 (1930), pp. 106-171.

¹⁴ Por vezes, aliás, a inexistência de formulários podia ser ultrapassada pela imitação ou inspiração nos próprios documentos originais expedidos pela Santa Sé. Poucas chancelarias eclesiásticas, e mesmo régias, evitaram inspirar-se nesses modelos diplomáticos. Vd. Olivier Guyotjeannin, “L’influence pontificale sur les actes épiscopaux français. (Provinces Ecclésiastiques de Reims, Sens et Rouen, XI^e – XII^e siècles)”, *L’Église de France et la Papauté (X^e – XII^e siècle). Actes du XXVI^e colloque historique franco-allemand...*, Bona, Bouvier Verlag Bonn, 1993, pp. 83-101; José Marques, “A influência das bulas papais na documentação medieval portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Porto, Vol. XIII (1996), pp. 25-62; Maria Cristina Almeida Cunha, *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, Porto, Faculdade de Letras, 1998, pp. 342-405.

o envolvia, alteravam-se igualmente os modelos epistolares oficiais de que tinha necessidade. Os velhos cadernos de pergaminho viam-se, assim, acrescentados em novos tipos documentais, copiados nas margens e espaços em branco subsistentes ou, não os havendo, acrescentando-se novos fólios e cadernos ao manuscrito primitivo, senão mesmo estabelecendo um novo exemplar.

Mas estas renovações, senão simples e pontuais actualizações – sobretudo se em ambientes monásticos e muito especialmente se de cistercienses se tratasse – não apagavam a marca imprescritível do formulário enquanto obra colectânea de formas e tipologias documentais que serviam o exercício de um poder eclesiástico que se perspectivava na e para uma longa duração. Dimensão temporal e objectivo de permanente sobrevivência, eis dois princípios próprios dos territórios eclesiásticos aos quais, desde sempre, abominaram as inovações perturbadoras e os desvios programáticos à normatividade originante.

As instituições eclesiásticas revelam-se, no seu percurso histórico bimilenar, sempre muito estáveis, dotadas de inteligentes mecanismos de vigilância e de auto-correcção que lhes proporcionam longevidades seculares e uma quase perpetuidade que as faz ultrapassar, com renovadas forças e entusiasmos, crises e impasses conjunturais. Os documentos que produzem e que ciosamente acumulavam nos seus tesouros e arquivos são, quanto a isso, uma prova cabal do que escrevemos...

2 – CARACTERÍSTICAS CODICOLÓGICAS E PALEOGRÁFICAS DO MANUSCRITO ALCOBACENSE

O Códice 47 do Fundo Alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa, que aqui apresentamos, é um manuscrito em pergaminho (de ovino)¹⁵, com 176 x 133mm, sendo composto por [3 fls.] mais xlviii páginas de numeração medieva executada pelo próprio escriba e compilador do Formulário. É composto por dois sénios (1.º caderno: 1-12 [j-xxiv págs.]; 2.º caderno: 13-24 [xxv-xlviii págs.]). Estamos perante uma gótica libraria de acentuada fracturação morfológica. As iniciais ornamentadas, bem ao gosto de finais de Duzentos ou do século seguinte, são a vermelho, criando um contraste com a sépia escura das 16 linhas, em média, por fólio. As linhas aparecem regradas a plumbagina, existindo picagem bem visível, por exemplo, nas margens de goteira dos fólios 4 e 27.

¹⁵ A fólhos 7, 11, 12, 13, 23 e 26 encontram-se perfurações naturais, quase que revelando a utilização de pergaminho de qualidade média, porventura de reutilização, permitindo a obtenção de cadernos relativamente pequenos como as dimensões do códice o indicam.

Predominando a língua latina, surgem, contudo, no núcleo primitivo do manuscrito, alguns textos em português [docs. 18, 27, 38 e 39], bem como nos acrescentos posteriores [doc. 43]. Quanto à ortografia, verifica-se uma metodológica separação dos sintagmas entre si, revelando um escriba para quem a aprendizagem gramatical latina se transpunha numa escrita racionalizada, conectando o elemento (paleo)gráfico com a noção gramatical ou verbal pura, numa aparente demonstração de um bom domínio da *ars dictaminis*.

Da revisão textual efectuada pelo escriba dão boa indicação as correcções marginais, de preferência ao entrelinhamento de palavras, mais raramente a raspagem e emenda no próprio pergaminho, posto que tal se verifique ¹⁶. Estamos perante um instrumento de trabalho dos escribas e notários monásticos alcobacenses, surgindo frequentes marcas de uso, especialmente manchas de tinta e algum engorduramento, especialmente no canto inferior direito dos fólhos.

A descrição deste manuscrito, exposta no *Inventário dos Códices Alcobacenses*, indica que o primitivo códice teria 59 páginas em numeração primitiva ¹⁷.

3 – DATAÇÃO

A datação deste códice deve propor-se para finais do século XIII ou inícios do XIV. Ele deve datar, de facto, do abaciado de D. Domingos (1291-1297) ou do seu sucessor, D. Pedro Nunes, segunda vez no cargo entre 1297 e 1318 ¹⁸.

No rodapé do fólio 4, com numeração primitiva de “j.”, lemos uma anotação cronológica, que facilmente se nota ter sido emendada por raspagem, a qual refere: “*Anno Domini M^o CCC^o Vij^o*”, logo sucedida de nova data pela Era hispânica: “*Era .M^a. CCC^a. XXX^a. Nona*”. Datas, pois, de 1307 e 1301 que não são coincidentes entre si, posto que remetendo para um quadro cronológico muito próximo. Além disso, a letra destas anotações é igual à do texto, o que nos leva a crer tratar-se de tópico cronológico inscrito pelo escriba e compilador do Formulário. Que, sendo assim, poderá apenas remeter para o momento contextual da realização do pequeno códice, mas não para um momento absolutamente preciso da sua conclusão.

¹⁶ Remetemos para a transcrição as abonações desta afirmação.

¹⁷ *Inventário dos Códices Alcobacenses*, Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930, pp. 47-48.

¹⁸ O único abadiolégio alcobacense de alguma segurança deve-se a Fr. Fortunato de S. Boaventura, *Historia Chronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaca...*, Lisboa, Impressão Regia, 1827, pp. XXVIII-XXXV e 171-181.

Dos documentos inseridos no *Formulário*, a partir de uma selecção do próprio *scriptorium* e arquivo alcobacenses, apresentam elementos de datação precisa ou crítica os números 27, 28, 33, 34, 35, 37, 38 e 39 da presente edição. De facto, eles referenciam categoricamente o abade D. Domingos (1291-1297), os papas S. Celestino V (1294) e Bonifácio VIII (1294-1303), o bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães (1294-1313) e o próprio rei e reinado de D. Dinis (1279-1325). Todos estes personagens caem, pelo menos parcelarmente, nos anos finais do abaciado de D. Domingos. É uma hipótese defensável, neste sentido, que se deva a esse Abade a iniciativa da compilação deste Formulário alcobacense. Se não lhe pertencer, de qualquer forma, a iniciativa poderá cair, com igual probabilidade, no governo de D. Pedro Nunes, seu sucessor imediato. A este abaciado correspondem as anotações cronológicas de 1301 e 1307, acima enunciadas.

De qualquer modo, o Formulário terá de datar do primeiro quartel ou terço de Trezentos uma vez que, depois dessa barreira, encontramos documentos acrescentados por mão diferente da do escriba primigénito. Na verdade, os documentos de formulário que ocupam os primeiros três fólios do pequeno códice constituem inserções posteriores a 1350. São registos de outras fórmulas documentais que respeitam aos governos dos abades D. Vicente Geraldês (1349-1368) e D. Estêvão de Aguiar (1431-1446). No fólio 2 [doc. 41], aparece a notícia do falecimento de D. João de Ornelas (†1414), correndo ainda a vacância da cadeira abacial, pelo que assumia o controle do Mosteiro o prior claustral D. Clemente.

Tais informações dão-nos as datas dos documentos mais tardiamente copiados no códice, tal como hoje o encontramos, e por isso as marcas objectivas das últimas ampliações textuais do manuscrito. O que significa, naturalmente, que o Formulário esteve em uso na Abadia de Alcobaça ao longo de todo o século XIV, alongando-se para além da primeira metade de Quatrocentos.

Para além disso, só as marcas mecânicas da (re)encadernação em que foram usadas nas guardas folhas de pergaminhos avulsos — mais precisamente, de uma bula de um dos Pontífices chamados Nicolau¹⁹, dirigida, pelo menos, ao Arcebispo de Braga (cujo exame paleográfico e mesmo diplomático poderá remeter para finais de Duzentos)²⁰ e de um fragmento

¹⁹ Nomeadamente Nicolau III (1277-1280), Nicolau IV (1288-1292). Menos prováveis o antipapa Nicolau V (1316-1330) ou o papa Nicolau V (1447-1455).

²⁰ [Fl. de guarda do códice] [*Nicol*]aus episcopus seruus seruorum Dei. Venerabili fra[tri...] uacantibus studio. . inter ita debeamus esse pu[...]um itaque dilecti filii . . Abbas et Conuentus [...] commissis qui [potestate] domini recipetur [et continuaciui...] eorundem Abbatis et Conuentus prouidere qu[... ma]nadamus quatenus eisdem Abbati et Conuentui [...]

de uma pública forma, talvez de [1504], do acordo estabelecido entre D. Afonso II com as rainhas suas irmãs ²¹ – permitem atestar a reformulação do manuscrito em época de Quinhentos ou mesmo posterior.

A perda dos fólhos que iam da página *xlvi* até à *lix*, segundo numeração primitiva inserida no códice na altura da sua organização, impede-nos de obter informações cronológicas mais amplas do que aquelas que ficam expostas. Podemos, assim sendo, defender que o Formulário foi compilado nunca antes do abaciado de D. Domingos (1291-1297), muito provavelmente por 1301 ou 1307, dificilmente depois do governo do abade D. Pedro Nunes (†1318). Os usos locais do manuscrito permaneceram activos ao longo de mais de século e meio.

4 – TIPOLOGIA DIPLOMÁTICA

O *Formulário* apresenta 39 tipologias diplomáticas de documentos [fls. 4-28 ou páginas j – *xlvi*], a que se somam mais nove elementos documentais que resultam dos aditamentos de pós 1350 [fls. 1-3], num leque tipológico documental que atinge as 48 unidades.

Torna-se difícil saber, com exactidão, quais as formas textuais que derivam de uma criação inventiva, não correspondendo a qualquer casuística concreta. Aparentemente, todos os textos partem de situações correntes e realistas. Alguns há, contudo, que respeitam a personagens facilmente identificáveis no quadro da história alcobacense, como o abade D. Domingos

pre]uilegiorum Sedis Apostolice ab aliquibus indebite [...]ita compescendo. Non obstante si aliquibus es[...] possint per litteras apostolicas non facientes p[...] ne de hiis que cause cognitione [...]. [Fl. de guarda da contracapa] [...] Bracharensis. Salutem et apostolicam [benedictionem ...] beneplacitis exeundo [...] Alcobatie Cisterciensis ordinis VI[...] iniurias [...] malitis et [tribuere (?)] fraternitati ti [...] assisten[...] presidio non permitatis [...]huiusmodi per censuram ec[clesiasticam ...]multum [...] quod interdicti suspendi [...] am de [...mu]lto huiusmodi ment[...] huiusmodi non contigunt, te us [...].

²¹ [B] [Saiba]m quantos este estor[mento....] e quatro annos em o mosteiro de Lorvão em as casas [...] notas do dito llogo perante as testemunhas adeante nomeadas que [...]de Lorvão a qual deziam en trelado de verbo a verbo e he seguinte. [...].S. [filiam] Illustrrem Regem Por[tugalie ...] Montismaioris et Alanquer et Sines Esgueiram videlicet quod Regina do[mina (?)] de Alanquer debet redire cum omni iure seu liber et sine omni diminuccione ad detre[...] Montis]maioris et Ysgueiram [et po]st mortem eius na[tura]lem Regina domina Blanca deb[et...][diminuccione R[e... cum suis pe]rtinenciis ad dictum domnum Sancium Regem Por[tugalie...] pro hereditate [...] quod propter istud pactum quod predictae Regine [...]dictus rex dedit eis [...] enim omnes redditusde terribus vestribus siue [...] alimeid]ariam et [quando regis uel] iliis earum voluerit quod precor[...]erat debet [...] naturaliter Regin[am] domina Tharasia debet tenere an nobis ipsa cas[...] fuerit. Et Regina [...] Petrus Iohannis Domnus Gunsaluus Menendi Domnus Johanes F[ernandi] de quo magis domino Regi placuerit tenebit ipsum castrum Montis[maioris...] et mictet ibi [...]alio suo uel [...].

(1291-1297) ou, mais tarde, D. João de Ornelas (1381-1414) e D. Estêvão de Aguiar (1431-1446). Outros documentos, contudo, não permitem tal identificação.

Diplomas reais e concretos serão, ainda, para além daqueles que invocam Alcobaça de modo categórico, os que aludem à alforria do sarraceno Aly (docs. 1 e 28), ao abade de S. Paulo de Almaziva (doc. 43) e ao do Mosteiro de S. Pedro das Águias (doc. 44). Noutros, mencionam-se igrejas paroquiais como as de S. Pedro e de S. Martinho (docs. 13 e 14), talvez na área do Couto de Alcobaça onde aparecem centros de culto com tais hagiônimos. De resto, as origens alcobacenses do *Formulário* são largamente defensáveis tendo em atenção, não só os diplomas que enunciam claramente o Mosteiro de Alcobaça (docs. 27, 28, 34, 35 e 38), como também o número de textos em português nele compilados (docs. 18, 27, 38, 39 e 43), a que se juntarão os diplomas que remetem para o quadro das relações entre Alcobaça e os Bispos de Lisboa e de Coimbra (docs. 40 a 44, 46 e 48).

Os demais documentos, contudo, integrarão o manuscrito na corrente devedora dos formulários gerais que circulavam entre as abadias europeias de Cister. O que significa que, no *scriptorium* e chancelaria abacial alcobacenses, era seguida a tradição cultural de unidade da Ordem, sem que tal obstasse, necessariamente, à adequação do formulário às realidades do ambiente histórico e geográfico português e local.

Como instrumento de escrita, o *Formulário* constitui-se como um lugar de memória e um instrumento de saber, permanentemente disponível para a elucidação dos notários e redactores dos documentos da Abadia portuguesa.

Da unidade que presidiu ao projecto de organização do Formulário dão testemunho as remissões entre os textos documentais (“*sicut j*”, “*ut supra ij*”, ou “*xj*”, etc.), a interdependência das fórmulas (“*idem*”, “*datum ut supra .ij*” ou “*ij*”, etc.), os reenvios constantes para o já exposto em linhas anteriores (“*et coetera*”, “*tali loco, tali die, tali Era*”, etc.) à orgânica visível dos documentos singulares, sobrepõe-se a superior concatenação das tipologias segundo grupos representacionais das cadeias e das hierarquias socioculturais desse saber ordenar (e eficaz administrar) que se consagrava dentro dos muros das plenipotentes abadias de Cister.

As formas documentais compiladas no códice permitem estabelecer as seguintes 36 tipologias e três sub-tipologias diplomáticas:

A) *Cartas entre mosteiros e autoridades cistercienses:*

- 1 – (a) carta fechada de envio de monge para outro mosteiro; (b) carta aberta sobre o mesmo (docs. 3 e 4);

- 2 – (a) carta fechada de envio de converso para outro mosteiro; (b) carta aberta sobre o mesmo (docs. 5 e 6);
- 3 – carta de envio de monge ou de converso para recepção de profissão noutra mosteiro (docs. 7 e 43);
- 4 – carta de reenvio de converso ao seu mosteiro de origem (doc. 8);
- 5 – carta de comissão de visitação (docs. 10 e 23);
- 6 – carta de visitação (nomeação de visitador) (doc. 22);
- 7 – carta de escusa ao Abade-geral com renúncia a missão atribuída (dos. 24);
- 8 – carta de absolvição de monge que incorrera em apostasia (doc. 44);
- 9 – petição de dispensa de pena de cárcere e de reintegração no claustro (docs. 45 e 47).

B) *Cartas dirigidas a bispos ou seus representantes:*

- 10 – carta de revocação de monge ou converso apóstatas (doc. 9);
- 11 – carta de promoção de monges a ordens sacras (docs. 11, 41, 42, 46 e 48);
- 12 – carta de apresentação de reitor ou clérigo em igreja de padroado monástico (doc. 12);
- 13 – carta sobre o mesmo dirigida ao Vigário e Cabido diocesanos (doc. 13);
- 14 – carta de apresentação de vigário perpétuo em igreja do padroado monástico (docs. 14, 34);
- 15 – procuração para ser pedida a confirmação do clérigo apresentado em igreja do padroado monástico (doc. 15);
- 16 – carta a autoridades episcopais e diocesanas remetendo-lhes, por escusa justificada, comissão pontifícia atribuída ao abade (doc. 40).

C) *Cartas respeitando ao papa e a cardeais:*

- 17 – súplica ao papa para confirmação do abade eleito (doc. 17);
- 18 – carta de escusa para assumir comissões pontifícias (docs. 33 e 40);
- 19 – carta de citação de partes por comissão do papa (doc. 35);
- 20 – carta dirigida ao cardeal protector da Ordem de recomendação ou súplica por alguém ou algum assunto (doc. 37).

D) *Cartas de gestão do senhorio monástico:*

- 21 – manumissão (ou alforria) de sarracenos e/ou de servos (doc. 1 e 28);
- 22 – venda de herdamentos (doc. 16);

- 23 – concessão (aforamento) de herdamentos ou herdades (doc. 19);
- 24 – concessão de casais a foro (doc. 20);
- 25 – concessão de herdade a foro (doc. 21);
- 26 – concessão de vinha da Vestiaria monástica “*in vita tantum*” (doc. 25);
- 27 – de constituição de procurador e celeireiro do mosteiro em vila ou cidade (docs. 26 e 36);
- 28 – licença a converso para requerer bens paternos de herança em favor do mosteiro (doc. 29);
- 29 – carta de obrigação ao mosteiro por empréstimo de dinheiro (doc. 32).

E) *Cartas às autoridades seculares régias e concelhias:*

- 30 – “*letera*” para recuperação de bens furtados ou de sarracenos e servos fugitivos (docs. 18 e 27);
- 31 – procuração perante o rei ou o seu sobrejuiz sobre causa judicial motivada por venda de sarracenos (doc. 28);
- 32 – procuração sobre alguma contenda (doc. 38);
- 33 – procuração sobre coisas móveis ou de raiz (doc. 39).

F) *Outras áreas:*

- 34 – concessão de anal de missas (doc. 2);
- 35 – concessão de benefícios espirituais da Ordem (doc. 30);
- 36 – carta de testamento “*in ultima voluntate*” (doc. 31).

Do quadro exposto, em que todas as áreas se interrelacionam entre si, a comunidade monástica (grupo A) e a da respectiva gestão económica (grupo D) são aquelas que mais fórmulas ocupam. Por esta última área de gestão, aliás, o Mosteiro relacionava-se com os poderes seculares (rei e seus oficiais, bem como com as autoridades concelhias locais) (grupo E). A dinamização da vida religiosa dentro do Mosteiro pressupunha a renovação dos respectivos quadros de monges e sacerdotes professos. A recepção de ordens sacras, contudo, dentro da tradição temporal própria da Igreja para o evento (normalmente pelas Quatro Têmporas) obrigava ao envio dos candidatos às igrejas diocesanas em que os bispos titulares ou seus coadjuvantes celebravam ordenações. Alcobaça recorria frequentemente a Lisboa, sem que, contudo, deixasse de enviar os seus monges, também, a Coimbra ou até, se urgente e necessário, a outros lugares (grupo B)²².

²² De lembrar, contudo, que há notícias de recepção de ordens sacras pelos monges alcobacenses das mãos dos bispos de Coimbra ao longo do século XV. Para uma contextualização

A disciplina monástica, a excomunhão e a reabilitação de apóstatas (problema que se revela importante, como o *Formulário* denuncia, no seio cisterciense português ainda por 1300), o provimento de curatos e de vigararias do padroado cisterciense, mas sujeitas à confirmação do prelado diocesano, entre outros assuntos, obrigavam a uma correspondência apreciável com as autoridades episcopais. Evidenciam, também, o quadro tradicional de normalmente boas relações que os Cistercienses procuravam, por força do próprio espírito da tradição institucional da Ordem, manter com os prelados das dioceses em que se instalavam e permaneciam (grupo B).

Por seu turno, as relações com Roma estabeleciam-se por iniciativa do próprio Mosteiro, não necessitando de serem canalizadas pelas abadias centrais de Claraval ou de Cister. Por isso, súplicas ao Sumo Pontífice ou ao Cardeal protector da Ordem eram enviadas por núncios idóneos directamente à Santa Sé. Por seu turno, a Cúria pontifícia podia remeter à responsabilidade do abade alcobacense a intervenção em assuntos eclesiais. Comissões de que o abade se escusava frequentemente, alegando as mais diversas razões e remetendo a subdelegados o ofício solicitado (grupo C).

Finalmente, o quadro do relacionamento espiritual da Ordem com a sociedade laica, motivando fórmulas diplomáticas para testamentos de benfeitores que haviam eleito sepultura dentro do Mosteiro, para concessão de anais de missas e também para recepção aos benefícios espirituais da Ordem, aspecto que releva da confraternidade espiritual que os Cistercienses dispensavam preferencialmente aos seus protectores, quer leigos, quer eclesiásticos (grupo F)²³.

As formas diplomáticas inseridas neste manuscrito alcobacense são bastante ricas de conteúdo e mesmo nos modos de expressão. Sublinhamos, aqui, apenas algumas das cláusulas do protocolo inicial onde se verifica nitidamente o significado da espitolografia de carácter jurídico na sociedade medieval, muito especialmente nos espaços eclesiásticos com que os Cistercienses se relacionavam.

A intitulação dos documentos revela que a génese documental, em ambiente cisterciense, derivava fundamentalmente da iniciativa do dom abade

da problemática das ordens sacras na Diocese de Coimbra no século XV, veja-se o meu estudo “Diocesanos bracarense de Quatrocentos nas matrículas de ordens sacras da Sé de Coimbra”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga...*, vol. 2, Braga, 1990, pp. 557-587 e também José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, INCM, 1988, pp. 823-991.

²³ Cartas frequentes em praticamente todas as Ordens Regulares. Do seu uso entre Franciscanos, mormente em Portugal, veja-se o meu estudo “As Ordens Mendicantes na Coimbra Medieval: Notas e Documentos”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série (10), 1998, pp. 149-215, *maxime* 174, nota 77.

local. De facto, não só as intitulações são predominantemente singulares e remetidas ao governante da abadia, como, significativamente, entre as fórmulas de validação, o anúncio da aposição do selo apenas remete ao do abade, justificando-se a não inserção do selo conventual por não existir ou o seu uso não ser do costume da Ordem²⁴.

Efectivamente, a *intitulatio* nestes textos revela-se diversificada, consoante os destinatários das cartas e, implicitamente, a importância do assunto jurídico. Normalmente, em assuntos correntes, o abade recorre a fórmula de humildade do tipo “*dictus abbas*”. Mas em assuntos de maior vulto, sobretudo se dizendo respeito à hierarquia eclesial, a protestação da humildade é mais cerimoniosa, associando-se à saudação conforme se lê nos documentos dirigidos a prelados ou à Cúria pontifícia (“*manus humiliter osculari cum prontitudine seruiendi*”, “*manus humiliter osculari*”, “*premisso manuum osculo domini episcopi*”, “*reverentiam et salutem*”, “*eiusdem pedum oscula beatorum*” (docs. 9, 11, 12, 13, 17, 34, 37)). Entre abades e coabades, recorda-se o dever da obediência e da disciplina próprias de Cister (“*salutem*

²⁴ Os Cistercienses usam desde cedo, como vimos, selo abacial que varia de casa para casa, tanto quanto as representações heráldicas que as definiam e identificavam. Nesses claustros, contudo, o emprego do selo era rigidamente controlado pelo abade. Alguns conventos cistercienses britânicos usam selo comunitário já nos primeiros anos de Trezentos. Em 12.07.1335, o papa Bento XII impôs, nas *Constituições* com que dotou a Ordem de Cister, que os selos abaciais referissem na inscrição o nome pessoal do prelado e que houvesse selo conventual em todas as casas, na tentativa de reduzir, de um modo geral, a excessiva concentração de poderes nas mãos dos abades. Vd. sobre a questão heráldica e sigilográfica dos mosteiros de Cister, Ursmer Berlière, “Le sceau conventuel”, *Révue Bénédictine*, T. XXXVIII 81926), pp. 288-309, *maxime* 305; P. D. A. Harvey e Andrew McGuinness, *A Guide to British Medieval Seals*, Londres, The British Library and Public Record Office, 1996, pp. 101-102; Anselme Dimier, “Heraldique et sigillographie cisterciennes”, *Mélanges à la Mémoire du Père Anselme Dimier, I e 2*, Pupillin - Arbois, Benoît Chauvin, 1987, pp. 739-750. O Mosteiro de Alcobaça, em 1325, só usava selo abacial. Lê-se no escatocolo de uma procuração ali passada em 25.08.1325: “(...) *En testemuyhno destas cousas demos ao dicto nosso Celareyro esta nossa carta aberta e seelada do nosso sseelo e nos Conuento de ssussodicto porque de costume de nossa ordem sseelo proprio nom avemos o poymento do sseelo do nosso aBade louvamos e outorgamos.*” (TT – *Mosteiro de Alcobaça*, 1ª incorp., Mº 28, Doc. 2). Em 1337, cremos, ainda não usaria selo conventual (cf. TT – *Most. de Alcobaça*, 1ª incorp., Mº 31, Doc. 3). Mas em 13.06.1347, já se recorria aos selos abacial e conventual, como se vê no documento de que citamos o excerto seguinte: “(...) *Nos sobredicto aBade e Convento demos aos sobredictos procuradores esta nossa procuraçom selaada dos nossos seelos nas costas. Dada no dicto nosso Moesteyro...*” (TT – *Most. de Alcobaça*, 1ª incorp., Mº 32, Doc. 28). Cf. João Pedro Ribeiro, *Observações Historicas e Criticas para servirem de Memorias ao Systema da Diplomatica Portugueza...*, Parte I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1798, p. 146; Idem, *Dissertações Chronologicas e Criticas Sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, Tomo I, Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1860, pp. 119-122, 128-133.

et continuos profectus in ordinis disciplinam”, “*salutem et fructum obedientie salutaris*”, “*et ordinis obseruantiam salutarem*”, “*salutem et obseruantiam in sancto proposito regularem*”, “*premissa omnimoda reuerentia obedientiam*” (docs. 10, 22, 24)).

Acções havia, contudo, que envolviam a personalidade jurídica conventual, não podendo o abade escusá-la. Nesses casos, normalmente situados no campo da gestão do património económico da instituição monástica, a intitulação é dupla (“*Nos, abbas et conuentus*”), ainda que seja sempre apresentada em fórmula unitária (“*nos nomine nostro et monasterii nostri*”, “*de communi assensu nostro et beneplacita uoluntate*”, “*de communi nostro consensu...*”, “*nostro consensu et beneplacita voluntate*”, “*N., dictus abbas Cistercii totusque Conuentus...*” (docs. 2, 10 – 13, 15, 16, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 30).

Significativo do discurso cerimonial medievo, em território eclesial, era o *adressio*. Este, tanto se descobre universal e geral (“*Nouerint uniuersi*”, “*Uniuersis Christi fidelibus ad quos littere iste peruenerint*” (docs. 1, 2, 4, 6, 16, 26), quanto particular e dirigido a entidades específicas e, por isso, mais elaborado. Neste grupo predomina a adjectivação hierarquizante, justamente por contraste com a humildade que se pedia ao autor ou impetrante de um dom ou de uma graça especial (“*Venerabili et in Christo karissimo domino*”, “*Reuerendo in Christo patri ac domino*”, “*Reuerendis in Christo patribus ac dominis*”, “*Uenerabilibus et in Christo karissimis*”, “*Uenerabilibus uiris prouidis ac discretis*”, “*Uenerabili viro prouido et discreto*”, “*Discretis uiris*”, “*Carissimo in ecclesia cathedrali nobilissime ciuitatis Vlixbonensis...*” (docs. 3, 5, 7, 8, 9, 10 – 15, 22, 33 – 35, 48)) particularmente evidente, aliás, quando dirigida ao Sumo Pontífice, a um Cardeal ou ao Abade de Claraval (“*Sanctissimo patri ac domino . . Sacrosancte Romae ecclesie summo pontifici*”, “*Excellentissimo et reuerendissimo in Christo patri ac domino karissimo domno . . Sacrosancte Romane Ecclesie titulus ... presbitero cardinali*”, “*Reuerendissimo in Christo patri ac domino karissimo, domno .N. abbati Monasterii Clarauallensis*” (doc. 17, 24, 37)). Um outro aspecto caracterizador destes endereços é o sentido de paternidade e de eclesial filialidade, quando aplicado nas cartas dirigidas essencialmente aos bispos e aos coabades (“*Reuerende pater et in Christo karissime*”, “*Reuerendo in Christo patre ac domino*”, “*Reuerendissimo in Christo patri ac domino*”, “*Ao honrrado Senhor padre*” (docs. 41, 42, 43, 46)).

Ainda que saindo já do âmbito do protocolo inicial, encontramos outras cláusulas que revelam a qualidade da documentação diplomática cisterciense. Entre elas, ainda que entrando já no texto propriamente dito, cujo estudo merece um outro trabalho mais aprofundado, salientaremos as

cláusulas em que se expõem as motivações do acto, normalmente recheadas de considerandos sobre a espiritualidade e, bem mais correntes, reflexões alusivas à vida monástica pautada pelos valores da obediência, da disciplina, do castigo das infracções à regra. Que, no entanto, não se sobreponha à benevolência do perdão e à constante preocupação da reintegração do religioso faltoso. Por isso, depreende-se dos textos diplomáticos do *Formulário* uma permanente intenção de não esquecer que toda a sociedade monástica era conduzida por uma superior atitude de reconciliação, aquela que mais se coadunava, aliás, com os objectivos espirituais de um austero mosteiro cisterciense que se reduziam, em súplica final, ao culto divino, ao labor manual e intelectual sacrificial e à salvação final das almas dos seus monges e demais *religiosos viros* ali conviventes.

5 – EPÍLOGO

Como todos os veículos que transmitem a ordem institucional dos corpos sociais, – e remetemos para o discurso que afecta a nossa visão de um corpo social muito especial como o era um complexo monástico da dimensão e com o poder que Alcobaça incorporava – o *Formulário* cisterciense português que publicamos releva de uma mentalidade afecta aos circuitos do exercício do poder, desse poder dos todo poderosos senhores abades cuja teia relacional os envolvia nos círculos da interacção com as cortes pontifícia, régia portuguesa, a centralidade franca de Claraval e de Cister, bem como com numerosas outras abadias a ela congéneres, dependentes ou filiais criações.

Ao visualizarmos os conteúdos dos diplomas agregados no manuscrito, encontramos os reflexos do mundo real em que vivia uma comunidade cisterciense. Quadros históricos que revelam uma preocupação quase obsessiva com o económico, com a propriedade, com os mouros e servos fugitivos, com os alforrados; com os bens doados pelos benfeitores a troco de missas e da participação nos benefícios espirituais da Ordem; com a febril actividade de aforamentos de herdades e propriedades monásticas a leigos que as deveriam explorar rodeados de cautelas e de condições cujo cumprimento era incontornável.

Quadros históricos, também, que remetem para o foro da sociabilidade e do pensamento dentro do claustro, o que se denuncia na cuidada e atenta vigilância sobre o próprio exército cisterciense de monges e conversos que encontramos em constante itinerância; na nomeação de procuradores do Mosteiro para todas as causas de direito, na promoção de nuncios do mesmo junto de bispos, arcebispos, cardeais e do próprio Vigário de Cristo; na selecção de professantes enviados debaixo da recomendação do Abade a

receber ordens sacras em catedrais distantes, preferencialmente na de Lisboa, a cujo prelado, o *dominus abbas de Alcobatia*, obediente e reverente, se enviava recomendar e anunciar por entre fórmulas de humildade e saudações Naquele que era o verdadeiro e o único Salvador de todo humano género.

Por vezes, com espanto para nós que não temos essa imagem corrente da excepção marginal no quotidiano monástico, o mosteiro cisterciense surge como o espaço da perturbação, vindicado por noviços faltosos, fugitivos, renitentes à obediência ou mesmo postergados ao cárcer e às práticas de humilhação ou de amputação da personalidade perturbadora e independente demais para os quadros e as normas de vida claustral comunitária.

Poderemos mesmo concluir, a título de fecho desta reflexão sobre um instrumento de valor diplomático e histórico de importância superior, que o documento, inserido em *Formulário* ou dele liberto e afirmado enquanto *mundum*, exprime o corpo do poder, a sua voz inaudível, mas que se pressente ainda ecoando, a sua extensa mão invisível que se esconde na paginação do objecto escrito. Por isso, o sintagma verbal adquire a conotação impositiva, inadiável, imperativa. A terceira pessoa dá voz aos que exercitavam o poder, usando um discurso monológico, dispositivo, proibitivo, legiferante, sacralizante, como cumpria aos quadros mentais que regiam a valoração da palavra escrita no contexto do tempo medieval.

C. xliii.

et ceteris sicut inquitur. Ceterum quod relictis
 suis viris quod dicitur existit obsequiis mancipii ma
 lox iocundus et mundus amatus non desinit iugiter
 re ac tunc hanc eorum et pace et bene iugiter
 rapis et dulcis ad pariter utam benignam quod dicitur
 ad profectione etiam adis et suorum habebat et sue
 prudentia amano resuata duxim' neco precipit.
 peccatis par' huiusmodi ac devotas. quod nos et
 non nro alacritate quod dicitur huiusmodi dignemur et
 misericordie caritatis. quod dicitur nos et utas hanc
 non solum dno et eum nro parte quod nro castro fiat
 benefic' et pacem. nec eam dno et pacem arch.
 ep' alijque epi et eum parte et papam dno et po
 vobis dicitur nro et unius et finem et exist
 ant favorabiles et benigni. quod dicitur uti fuit
 liberali' nro et tunc hanc ac pace et parte et
 acceptabile et in parte fantatu et si parte

26

Libro.

assime pat' vto m'cipalib' no' possun' d'p'uire q' in
 fine t'q' abis p' p'acta existnas in sp'ualib' zime
 deuce' f'uam' v'c' v'ra' up'am in d'p'it' l'actudine
 honore' d'q' filij' d'p'ic'ur & q' f'uec'. Dat' 20.

Cognoscere q'ntas esta p'sente. Et p'p'io solite aliqua c'cedi
 p'p'io v'p'e al'q' auu'p'e q' nos f'f'q' d'ant' ^{abide} eo d' d'ant' d'ant'
 d'alcob'ca solite d'ant' d' q' e' ou' affe' affe' ant' nos d' h'ua
 p'p'at' etal' h'um'e d' tal' l'og'at' d' aut' solite tal' h'ua' ou'
 solite tal' l'og'at' q' e' et'om'io d' tal' v'la' a'p'atab'ec'oni' f'ac'
 m'g' e'ord'at' n'ust'q' p'p'ad'ores l'ud'inos e' au'nd'osq' t'at'f.
 ap'rad'ores d' p'sente p'p'io am'q' an'fent' e'ad'ant' d' d'q'
 p'f'i. q' no' f'q'z m'el'or' q' d'ico' d'q' q' p'm'p'io d'p'at' o'p'y
 e'om'is q' cad'ant' d' d'q' p'p'at' p'p'at' e'ad'ant' e'ad'ant'.
 p' d'ant' o'f'om'p'at' l'up'ant' e'f'ag'at' d' d'ant' d' e'ad'ant' d' d'
 tal' l'og'at' ou' d'at' aut' ou' ou' q' q' f'uz' ou' f'uz' e'ad'
 u'nd'ant' t' e' e'f'ag'at' e'om'e' f'ag'at' d' d'ant' ou' al'
 vid'at' a' d'ant'at' p'ed'at' p'oc'at' e'p'p'at' d' d'ant'at'

Reprodução do fl. 26 do Formulário.

6 – TRANSCRIÇÃO DOCUMENTAL ²⁵

[Fl. 1 — branco]

[Fl. 4]

[Doc. 1]

¶ j.

¶ *De manumissione sarraceni vel serui.*

IN Dei nomine amen. Nouerint vniuersi presentis scripti seriem inspecturi quod Nos frater .G. Abbas et Conuentus Monasterii talis loci, facimus cartam libertatis et ingenuitatis tibi Aly sarraceno vel tali seruo nostro .D. pro centum libris vsualis monete portugalensis quas a te recepimus in pecunia nominata. Ideoque forramus te et ingenuimus te et damus et concedimus te pro forro libero et ingenuo ab omni debito seruitutis, quam nobis et nostris successoribus eras obligatus et astrictus. Concedimus etiam et damus tibi potestatem et liberam licenciam standi in terra et recedendi eundi et redeundi quocumque quantumquod et quotienscumque uolueris et ubicumque tibi placuerit. Et nullus nostrum uel sucessorum nostrorum sit ausus te impedire nec inquietare de prauitate ratione nostri nec aliquo alio modo. Si quis autem hoc attempate presumpseri non sit ei licitum nec possit nec ualeat ei sed ²⁶ // [Fl. 4vº] ¶ .ij. pro sola temptatione quantum quesierit tantum tibi vel cui dederis uocem tuam in duplum componat; et domino terre aliud tantum, carta ista et facto nostro uel omnes in perpetuum ualituris. In cuius rei testimonium dedimus eidem Aly sarraceno vel tali seruo nostro presentem cartam <apertam> sigilli mei Abbatis munimine premunitam. Et nos predictus Conuentus quia de consuetudine nostri ordinis

²⁵ Principais regras seguidas na transcrição: a) respeito pela ortografia do documento, mas substituindo, quando útil, o i por j, se com valor consonântico; e o j por i, se com valor vocálico; o mesmo em relação ao v e ao u, excepção feita aos textos latinos; b) normalização de maiúsculas em nomes próprios; c) separação de palavras e agregação de elementos de uma mesma palavra que se encontrem não ligados no documento; d) indicação por // e inscrição do fólio dentro de [] na mudança de folha e de página; e) manutenção da paginação primitiva antecedida, como no documento, do caldeirão ¶; e) inserção em nota de rodapé de anotações que permitam elucidar algumas informações contidas nos documentos; f) numerámos dentro de [] os documentos, passando para o fim os textos diplomáticos acrescentados em fase posterior à da redacção primigénita do Formulário (fls. 1 a 3).

²⁶ Na margem inferior do fólio aparece em letra semelhante à do texto a anotação seguinte: ‘¶ Anno Domini . Mª. CCCº. vijª. ¶ .Era. Mª. CCCª. XXXª. Nona.’ E em letras diferentes: “dalmicere (?) abratensi”; “XXXX”; “aliqua pars que sera [...]”.

sigillum proprium non habemus appositionem sigilli domine abbatis nostri concedimus et comuniter approbamus.

Datum tali loco, die, et era.

[Doc. 2]

¶ *De concessione missarum.*

Nouerint vniuersi et ct^a quod Nos ffrater .G. Abbas et Conuentus Monasterii talis loci, cupientes ex officia caritatis vt inter Christi fideles pax et concordia reformetur que per cecitudinem homicidiorum aliquatenus perturbantur vel secundo propter Deum et ad instantiam et rogatum quorundam amicorum nostrorum concedimus vel recepimus in nobis vnum annalem // [Fl. 5] ¶ .iij. missarum secundum consuetudinem domus nostre quas talis .personis. pro anima .T. defuncti persoluere tenebatur. In cuius rei et ct^a Vt supra.

[Doc. 3]

¶ *De emissione monachi littera clausa.*

Venerabili et in Christo karissimo. domno . . . Abbati Monasterii talis loci. Frater .G. dictus Abbas Monasterii talis loci; salutem in omnium Saluatore. Ad Monasterium uestrum fratrem .B. monachum nostrum sacerdotem vel diaconem latorem presentis cum regulari uestium quantitate duximus destinandus beneuolentiam attentius inplorantes. quesumus. ipsum recipere dignemini de porta secundum odinis instituta in uestrorum collegium monachorum, erit omnium quod in ordine inuenerit ultimus monachorum, et omni sexta feria in pane et aqua ieiuabit et omnibus capitulis quibus eum interesse contigerit, accipiet disciplinam, nisi grandis sollempnitas vel euidentis infirmitas dispensationem aliquam exegerit specialem.

Datum vt supra.

[Doc. 4]

¶ *De eadem littera aperta.*

Universis Christi fidelibus ad quos littere // [Fl. 5v^o] ¶ .iiij. iste peruenerint, ffrater .G. dictus Abbas Monasterii talis loci, salutem et semper habundare in operibus pietatis. Cum fratrem .N. monachum nostrum sacerdotem vel diaconem latorem presentis, ad Monasterium talis loci destinemus gratia commorandi caritatem uestram in Domino duximus inplorandam, quesumus, eidem per uos transitum facienti; in vie et vite sue necessariis pietatis intuitu et ordinis reuerentia dignemini misericorditer subuenire, vt a Deo premium recipere ualeatis.

Datum vt supra. ij.

[Doc. 5]

¶ De emissione conuersi littera clausa.

Uenerabili. Vt supra .iij. Cum fratrem .D. conuersum nostrum sutorem vel credanem latorem presentis ad presens uobis cum non possimus commode retinere salua ordinis disciplina; ipsum ad uos cum regularibus indumentis ducimus destinandum rogantes affectuosius .quesumus. ipsum de porta recipiatis secundum ordinis instituta, vltimus erit omnium quos inuenerit conuersorum et omni sexta feria sit in pane et aqua, omnibusque // [Fl. 6] ¶ .v. capitulis quibus interfuerit de conuersis accipiat disciplinam.

Datum vt supra .ij.

[Doc. 6]

¶ De eodem littera aperta.

Uniuersis Christi fidelibus. Vt supra .iij. Fratrem .D. conuersum nostrum latorem presentis quem ad tale Monasterium ducimus destinandum ibidem gratia commorandi; vniuersitati uestre ipsum in Domino commendamus rogantes .quesumus. eidem per vos transitum facienti, in vie sue necessariis uelitis misericorditer subuenire, vt per hec et alia bona que Domino inspirante feceritis, que dignam retributionem mereamini in futuro.

Datum vt supra .ij.

[Doc. 7]

¶ De emissione monachi vel vonuersi, vt profiteatur alibi si voluerit.

Uenerabili et in Christo karissimo. vt supra .iij. Ad Monasterium uestrum fratrem .V. monachum nostrum sacerdotem vel fratrem .G. conuersum nostrum sutorem latorem presentis cum regulari uestium quantitate gratia commorandi ibidem, ducimus destinandum rogantes ex affectu .quesumus. ipsum recipere digne // [Fl. 6vº] ¶ vj. mini in uestrorum collegium monachorum vel conuersorum, et si igitur et uobis placuerit profictandi et uobis recipiendi professionem suam secundum formam ordinis uobis et sibi concedimus facultatem, et ex tunc ipsum a uinculo nostre professionis noueritis absolutum.

Datum ut supra .ij.

[Doc. 8]

¶ De remissione conuersi ad Monasterium proprium.

Uenerabili et in Christo karissimo domno .G. Abbati talis Monasterii Cisterciensis ordinis et talis dyocesis. Ffrater .J. dictus Abbas talis Monasterii

Cisterciensis ordinis et talis dyocesis, salutem in omnium Saluatore. Cum frater .P. conversus uester lator presentis quem gratia commorandi duxistis ad nostrum Monasterium emitendum honores et religiose inter nos extiterit conversatus et nunc affligat spiritualiter et corporaliter ipsi cleris in temptatione et cibaria sibi grauior nec non et quaere in sacramentali confessione non intelligit confessorem nec ualet intelligi ab eodem ex compassione fraterna predictum ad presentiam ue // [Fl. 7] ¶ vij. stram duximus remitendum caritatem uestrum atentius implorantes .quesumus. prefatum ad uestri grantiam admitentes; conuersorum uestrorum <collegio> dignemini seriare et nos uobis non modicum gratisceamus. Omnes autem personas Cisterciensis ordinis et vniuersis Christi fideles per quos dictus frater transitum fecerit; rogamus in Domino Ihesu Christo ut eidem in vie et vite sue neccessariis intuitu Dei et ordinis digneatur misericorditer subuenire.

Datum in tali loco, die et Era uel anno presentibus post tale terminum minime ualiti.

[Doc. 9]

¶ *De reuocatione apostatarum.*

Reuerendo in Christo patri ac domno . G. Dei gratia Episcopo talis loci. Ffrater .N. dictus Abbas talis Monasterii, manus humiliter osculari cum prontitudine seruiendi, Cum ex officio pastoralis teneamur subditos nostros fugitios ad ordinem reuocare, ne in eximine districti iudicii sanguis ipsorum de nostris manibus requiratur // [Fl. 7v^o] ¶ viij. et de ipsis dignam Deo rationem reddere debeamus; ipsa iuris ratio persuadet, vt circa illorum reuocationem qui in periculum animarum suarum et in obprobrium atque uituperium ordinis et contemptum per mundi naufragia vagare et discurrere non uerentur, sollicite laboremus per inde est quod cum certa relatione didicerimus quosdam apostatas nostri ordinis per dyocesim uestram contra Deum et animas suas tot et tanta vt dicitur enormia perpetrare quod vix possunt sub numero comprehendere. Paternitatis uestre beneuolentie duximus supplicandum .quesumus. cum vos domine pater teneamini tales compellere ipso iure, quod uiam deserant periculosam et eligant salutarem, cum aliter non possint esse de numero saluandorum eos faciatis per prelatos ecclesiarum uestre dyocesis, tam diu monitione premissa exquitos publice nuntiari et specialiter talis, donec ad mandatum ordinis et nostrum humiliter peuertantur. Habeat nos uestra paternitas commendatos. // [Fl. 8] ¶ ix.

[Doc. 10]

¶ *De commissione visitationis.*

Uenerabilibus et in Christo karissimis de tali et de tali loco Coabbatibus suis et Conuentibus eorundem. Ffrater .N. Abbas tali Monasterii, salutem et

continuos profectus in ordinis disciplinam vel salutem et fructum obedientie salutaris .vel. et ordinis obseruantiam salutarem. Quoniam annue visitationis officium diuersis negociis prepedicti quibus ad presens multipliciter occupamur uobis commode inpendere non possumus ut uellemus, venerabilem et in Christo karissimum domnum .J. Coabbatem nostrum de tali loco latorem presentis in plenaria ordinis potestate, ad vos ducimus destina dedantes eidem nostram et ordinis potestatem corrigendi, reformandi et statuendi in spiritualibus et temporalibus tam in capite quam in membris vice et autoritate nostra omnia et singula que in locis uestris secundum Deum et ordinis statuta, corrigenda reformanda inuene // [Fl. 8vº] ¶ .x. rit ac etiam statuenda. Qua propter uniuersos et singulos vos rogamus ac etiam in uirtute sancte obedientie precipimus et mandamus .quesumus. eidem in omnibus et singulis obedientes existatis ut in conspectu Dei et hominum de multa obedientia tanquam filii Dei possitis merito commendari.

Datum in tali loco, tali die et anno Domini vel Era. Presentes usque ad sequens capitulum generale valeant et non magis.

[Doc. 11]

¶ *De promotione monachorum a<d> ordines.*

Reuerendis in Christo patribus ac dominis Episcopis uniuersis et singulis ad quos presens littera peruenerit. Ffrater .N. dictus Abbas et Conuentus Monasterii talis loci Cisterciensis et talis dyocesis, manus humiliter osculari. Cum per indulgenciam domini pape nostro sit ordinis concessum ut a quocumque Episcopo gratiam et quinonem apostolice sedis habenti possimus recipere sacras ordines et ecclesiastica sacramenta; Paternitatis uestre beneuolentie supplicamus .quesumus. // [Fl. 9] ¶ .xj. latores presentis monachos nostros tales et tales quos presentie uestre tenore presentis duximus presentandos, ad tales ordines dignemini permouere et nos uobis quamplurimum gratiscemur, et pro tempore seruiemus.

Datum ut supra. x. presentibus post tale festum et ctª

[Doc. 12]

¶ *De presentatione ad ecclesiam.*

Reuerendo in Christo patri ac domino .G. Dei gratia Episcopo talis loci, ac venerabilibus uiris Decano et Capitulo eiusdem. Ffrater .N. dictus Abbas et Conuentus talis Monasterii premissis manuum osculo domini episcopi; salutem et se prouitos ad eorum beneplacita voluntatis. Ad ecclesiam nostram Sancte Marie de tali loco uestre dyocesis, nunc uacantem per mortem vel per renuntiationem talis quondam Rectoris eiusdem, cuius ueri patroni

sumus et in possessionem seu quasi iuris presentandi existimus ad eandem nomine nostro et Monasterii nostri presentamus uobis discretum uirum .N. latorem presentis rogantes dominationem uestram // [Fl. 9v^o] ¶ xij. ac humiliter postulantes .quesumus. presentationem nostrum admittentes dictum presentatum dignemini instituere in ecclesia memorata. Supplicamus etiam quod in littera confirmationis seu institutionis quam ei dederitis fiat mentio quod prefatum .N. presentatum nostrum ad presentationem nostram instituistis in ecclesia nominata. In cuius rei testimonium eidem .N. patentes litteras sigilli nostri Abbatis ducimus concedendas. Et quia nos supradictus Conuentus et ct. Vt supra .ij.

[Doc. 13]

¶ *De eadem.*

Uenerabilibus uiris prouidis ac discretis, vicariis seu vicario et Capitulo talis ecclesie. Ffrater .N. Abbas et Conuentus Monasterii talis loci reuerentiam et salutem in omnium Saluatore. Ad ecclesiam nostram Sancti Petri talis loci vestre dyocesis nunc uacantem per mortem .D. quondam Rectoris eiusdem cuius ecclesie nos ueri patroni sumus uobis nomine nostro et Monasterii nostri .T. clericum uirum prouidum et honestum de legitimo matrimonio natum et bonis moribus in // [Fl. 10] ¶ .xij. signitum latorem presentis in rectorem dicte ecclesie presentamus rogantes uos ac humiliter petentes quesumus ipsum ad presentationem nostram in Rectorem dignemini instituere in eadem et supplicamus quod in littera institutionis quam ei dederitis exprimatis quod ad presentationem nostram ipsum instituistis in eadem. In cuius rei testimonium et ct. Vt supra .xij.

[Doc. 14]

¶ *De presentatione vicarii perpetui.*

Uenerabilibus et ct. Vt supra .xij. Ad ecclesiam nostram Sancti .Martini talis loci uestre dyocesis nunc uacantem per mortem .F. quondam vicarii perpetui eiusdem cuius ecclesie nos ueri patroni sumus uobis nomine nostro et Monasterii nostri .A. clericum presbiterum talis ecclesie portionarium uirum prouidum et honestum latorem presentis in vicarium perpetuum dicte ecclesie presentamus, rogantes uos ac humiliter petentes quesumus ipsum ad presentationem nostram in vicarium perpetuum dignemini instituere in eadem vel si instituere non potestis dictam ecclesiam sibi tamquam vicario commendatis et sup // [Fl. 10v^o] ¶ .xiiij. plicamus. Vt supra .xij.

[Doc. 15]

¶ *Procuracione ad petendum confirmationem presentati.*

Uenerabilibus viris et ct. Ut supra .xij. Noueritis quod nos nomine nostro et Monasterii nostri facimus constituimus et ordinamus fratrem .N. et fratrem .N. comonachos nostros latores presentis et quelibet eorum in solidum ita quod non sit melior occupantis sed quod unus inceperit, alter perficere possit procuratores nostros et nuntios speciales ad presentandum uobis talem clericum talis loci uestre dyocesis ad talem ecclesiam vel in perpetuum vicarium et ad petendum a uobis nomine nostro et Monasterii nostri prefatum clericum institui in rectorem ecclesie supradicte seu in vicarium vel in vicarium perpetuum seu vicarium eiusdem ecclesie memorato clerico commendari ratum et firmum habituri quicumquid per predictos procuratores seu alterum eorum actum fuerit in premissis et quolibet premissorum. In cuius rei testimonium predictis procuratoribus patentem cartam sigillo nostri predicti Abbatis // [Fl. 11] ¶ xv. communitam duximus concedendam. Et nos predictus Conuentus et ct. Vt supra .ij.

[Doc. 16]

¶ *De venditione heredamenti.*

IN Dei nomine amen. Nouerint vniuersi et ct. quod Nos et ct. ut supra .j. de communi assensu nostro et beneplacita uoluntate facimus cartam uenditionis et perpetue firmitudinis uobis tali et vxori uestre tali, de quodam heredamento nostro quod habemus in tali loco et pertinet ad talem officinam. Cujus herdamenti isti sunt termini. In oriente. Via publica. In occidente, heredamentum talis. Ad aquilonem vinea talis. Ad affricum via publica ad talem locum. Vendimus itaque uobis dictum heredamentum pro tali precio usualis monete veteris portugalensis quod a uobis recepimus in pecuniam nominata, quia tantum nobis et uobis bene complacuit et de precio apud uos nichil remansit in debito pro dare. Igitur ab hac die et deinceps habeatis uos supradictum heredamentum cum suis ingressibus et egressibus iuri // [Fl. 11v°] ¶ .xvj. bus et pertinentiis suis et omnis posteritas uestra post uos iure hereditarios et faciatis de memorato heredamento quicquid uobis placuerit in perpetuum. Et si force aliquis uenerit tam de nostris quam de extraneis qui hoc nostrum factum frangere uoluerit non sit ei licitum nec possit sed pro sola temptatione quantum inquisierit tantum uobis in duplum componat et quantum fuerit melioratum et domino terre aliud tantum vel cui dederit uocem suam uendicione nostre nihilominus in suo robore duratura. In cuius rei et ct. Vt supra. xij.

[Doc. 17]

¶ *De supplicatione domino pape pro confirmatione alicujus electi.*

Sanctissimo patri ac domino . . Sacrosancte Romane ecclesie summo pontifici, ffrater .N. dictus Abbas Monasterii talis loci, talis ordinis, talis dyocesis et Conuentus eiusdem pedum oscula beatorum. Cum sponsa Christi ecclesie, quam idem Dei Filius suo sanguine comperauit quamquam secundum colitam sue caritatis misericordiam sanctitatis uestre du // [Fl. 12] ¶ xvij. xit regimini commitendam talibus indigeat per antiphis talibusque sit digna pastoribus qui Dei populum sapientie documentis instruant, uirtutum meritis ad meliori promoueat ac sanctitatis exemplis in vna salutis dirigant et ad bona celestia subleuent appetenda, nos qui eiusdem matris ecclesie sumus serui et filii uestris pedibus humiliter inclinati preces nostras pro illud personis cum summa humilitate ac exaudictionis fiducia vestre porrigimus sanctitati, quas constat esse ydoneas et acceptas Dei seruitio, ac utilitati ecclesie pro futuras. Hinc est quod cum vacante ecclesia tali que uestra est spiritualis, talis Magistri vtriusque iuris professor, vir utique prouidus quam matura discretio vite uirtus, morum honestas et eminens commendant sciencia litterarum, ad eandem extiterit postulatus, et nunc eiusdem postulationis negocium ad sedem apostolicam deferatur; sanctitati vestre flexis genibus preces porrigamus humiliter ac // [Fl. 12v^o] deuote .quesumus. vtilitatibus dicte ecclesie prouidentes de uestra benignitate solita que consueuit bene meritos peruenire, postulacionem eadem celebratam de persona tam utili et tam digna ad gratiam admittates per hec enim non minus prouidebitur ecclesie quam persone et speramus firmiter de misericordia Ihesu Christi, quod tali ecclesia per eum de bono in melius in spiritualibus et temporalibus suscipiat incrementum.

Datum tali loco, die, et anno Domini.

[Doc. 18]

¶ *De reperandis rebus amissis et fugitiuis sarracenis et seruis.*

A todos os Alcaydes e Alvaziis e Joizes e Comendadores e Alcaldes e Concelos aos quaes esta letera veer. Frey .N. Abade e Convento de tal logar; saude, en aquel que e uerdadeyra saude. Sabede que a nos fugiram mouros, e mouras e servos e servas e outrosi eifurtarom no los e best<h>as e gãados. Unde vos rogamos que u quer que este nosso homem que leva esta carta, arreygar estas // [Fl. 13] ¶ xix. cousas, ou alguã delas que vo lhas façadas entre²⁷ e aver em dereyto. Ca nos o fazemos nosso procurador

²⁷ Sic.

avondoso sobrestas cousas, e sobre cada huã delas pera dante qualquer Juiz ou Juizes contra quaes persōas quer que o preyto ou os preytos tanger pera demandar assi en juizo come fora de juyço, e receber e a nos aduzer, e pera deffender e responder e pera pōer excepçōens, e contradizer, e compōer e jurar em nossas almas de todo juramento e apelar e seguir apelaçōens, e fazer outro ou outros procuradores en seu logar cada que lhi prouguer, e vir que lhe mester e pera todas aquelas cousas que nos fariamos se fossemos presentes, e que en mandado geeral e especial a mester. E prometemos á áver firme e estavil todas aquelas cousas que per el ou per aquel que el en seu logar fezer procurador; forem feytas em estas cousas e en cada // [Fl. 13vº] ¶ .xx. huã delas. No testemōio destas cousas fizemos esta carta séélar do séélo de mim Abade. E porque nos Convento de costume de nossa ordim non avemos seelo, louvamos e outorgamos aposiçom de nosso Abade.

Dada en tal logar en tal dia e en tal .Era. depos tanto tempo, non valha esta procuraçom.

[Doc. 19]

¶ *De concessione heredamenti vel hereditatis.*

IN nomine Domini amen. Nouerint vniuersi et ct. Vt supra .j. de communi nostro consensu et beneplacita uoluntate, damus et concedimus vobis .G. et vxori uestre .E. quodam herdamentum nostrum quod habemus in termino talis ville in tali loco. Cujus herdamenti; isti sunt termini. In oriente via publica ad talem locum. In occidente heredamentum talis. Ad aquilonem vinea talis. Ad affricum riparia. Damus ita quod uobis dictum heredamentum tali videlicet condicione quod vos ipsum heredamentum fideliter excolatis plantetis et fructificetis et tam vos quam succesores uestri detis nobis et successoribus nostris annuatim quartam par²⁸ // [Fl. 14] ¶ .xxj. tem de pane et de lino et quintam partem de vino et de omnibus fructibus quos Deus dederit in eodem heredamento. Et si forte predictum heredamentum propter negligentiam vel inpotentiam non excolueritis vel plantaueritis seu rumpendum non rumperitis sicut decet, tunc <qui compleat supradicta et forum nobis et successoribus nostris faciat nominatum> libere possimus eundem heredamentum uobis auferre et dare alteri qui nobis forum faciat supradictum. Igitur ab hac die et deinceps habeatis vos et omnes succesores uestri memoratum heredamentum cum suis ingressibus et egressibus iuribus et pertinentiis suis iure hereditario in perpetuum possidendum, et non sit uobis licitum prefatum heredamentum vendere vel

²⁸ Na margem inferior em letra da mesma mão da do texto: “& forum de Aljumarota.”

donare alicui clerico, militi vel scutifero generoso vel religioso vel alicui alii per que redditus et prouentus Monasterii nostri possint alienari vel modo aliquo inpediri. In cuius rei testimonium fecimus exinde fieri duas <cartas> unius et eiusdem tenoris per alfabetum diuisas et mei sigilli Abbatis munimine communitas quarum vnam uobis damus, nobis altera remanente. Et nos iam dictus // [Fl. 14v°] ¶ .xxij. Conuentus et ct. Vt supra .ij.

[Doc. 20]

¶ *De concessione casalis ad forum.*

IN nomine Domini amen. Nouerint vniuersi et ct. Vt supra .j. de comuni nostro consensu et beneplacita voluntate damus et concedimus vobis .N. Ihoanis et vxori uestre tali, unum nostrum casale quod habuimus a talibus uel habemus in tali loco vel in termino talis ville. Cujus casalis isti sunt temini. In oriente, via publica ad talem locum. In occidente. Casale talis. Ad aquilonem, heredamentum talis. Ad affricum, talis fluiuis. Damus itaque uobis dictum casale <cum suis ingressibus et egressibus iuribus et pertinentiis suis> tali videlicet condicione quod vos dictum casale cum suis hereditatibus et pertinentiis suis dirigatis fideliter excolatis plantetis et fructificetis et rumpendum rumpatis et tam uos quam successores uestros detis nobis et successoribus nostris annuatim terciam partem de omnibus fructibus et de omnibus bonis que Deus dederit in ipso casali et duos alqueires de tritico in area pro fogaça et vnum caponem et xii oua pro festo Sancti Micha // [Fl. 15] ¶ .xxij. elis mensis Septembris, et quotienscumque uendideritis ipsum casale detis nobis de pretio quod pro ipso receperitis terciam partem nec sit uobis licitum ipsum casale uendere vel donare videlicet enplazare vel inpignorare alicui clerico, mitili vel scutifero generoso vel religioso vel alicui alii per qui redditus et prouentus Monasterii nostri possint alienari vel modo aliquo inpediri, vel in eodem casali filium cujuscumque militis enutrire. In cuius rei et ct. Vt supra .xxj.

[Doc. 21]

¶ *De concessione hereditatis ad forum.*

IN nomine Domini amen. Nouerint et ct. Vt supra .j. de qui nostro consensu et beneplacita voluntate damus et concedimus vobis .N. quandam nostram hereditatem excultam et non excultam quam habemus in tali termino. Cujus hereditatis isti sunt termini. In oriente. In occidente. Ad aquilonem. Ad affricum, vel quomodo diuidit per talem et talem locum vel cum talibus. Damus itaque uobis dictam hereditatem excultam et non excultam cum suis ingressibus // [Fl. 15v°] ¶ .xxiiij. et egressibus iuribus et pertinentiis suis sub

tali videlicet condicione quod vos ipsam hereditatem fideliter excolatis rumpatis rumpendam fructificetis fructificandam et detis nobis in Monasterio nostro annuatim terciam partem de omnibus <bonis> quod Deus dederit in eadem hereditate. Et si forte non rumpatis rumpendam vel non fructificaueritis fructificandam dabitur nobis et Monasterio nostro nominatam portionem de ipsa hereditate non culta nec rupta sicut de excolta et fructificata alias possimus uobis propter istam causam illam auferre et dare alteri qui nobis de dicta hereditate forum faciat supradictum nec sit uobis licitum tum illam uendere et ct. Vt supra .xxj.

[Doc. 22]

¶ *De visitatione.*

Venerabilibus et in Christo karissimis vt supra .ix. Ffrater .G. dictus Abbas talis loci, salutem et obseruantiam in sancto proposito regularem. Quoniam prepedientibus quibusdam negociis quibus ad presens multipliciter occupamur annue visitationis officium uobis impendere non possumus vt uellimus, venerabilem ac dilectum in Christo // [Fl. 16] ¶ .xxv. domnum .C. Coabbatem nostrum de tali loco vice et auctoritate uestra in plenaria ordinis potestate ad huiusmodi officium exequendum uobis duximus destinandum dantes eidem nostram et ordinis plenariam potestatem corrigendi statuendi et reformandi in spiritualibus et temporalibus tam in capite quam membris ea que secundum Deum et ordinis disciplinam corrigenda reformanda inuenerit ac etiam statuenda. Quapropter vniuersos et singulos vos hortamur in Domino et monemus ac etiam in uirtute sancte obedientie precipiendo mandantes .quesumus. eidem obedientes humiles et deuoti existatis in omnibus et per omnia sicut nobis.

Datum tali loco, die et anno. Presentes non valeant nisi usque ad sequens capitulum generale.

[Doc. 23]

¶ *De commissione visitationis.*

Venerabili et in Christo karissimo domno .N. C[o]abbati suo de tali loco. Ffrater .G. dictus Abbas Monasterii talis loci, salutem in omnium Salvatore. Attendentes Deum periculis vos habere et esse sollicitum et intentum circa ordinis disciplinam, ac obseruantias regulares visitationem / / [Fl. 16vº] ¶ .xxvj. filiarum nostrarum de tali et tali loco, quo ad annum presentem discretioni uestre ducimus commitendam rogantes ac etiam auctoritate ordinis iniungentes .quesumus. tam in capite quam in membris sine personarum acceptione, corrigatis que secundum Deum et ordinis

instituta, in dictis locis, inueneritis corrigenda, et taliter vos in agendis uestris et correctionibus habeatis, quod ab ordine non propter defectum iusticie nec a generali capitulo reprehendi, corripiendo ac etiam castigando contumaces si inuenti fuerint et rebelles fouendo et confortando, obediens, humiles, pacificos et modestos, ita videlicet quod unicuique respondeatur secundum suorum exigentiam meritorum.

Datum et ct. Vt supra .xxv.

[Doc. 24]

¶ *De excusatione apud patrem Abbatem de summa sibi imposita.*

Reuerendissimo in Christo patri ac domino karissimo, domno .J. Abbati Monasterii Clarauallensis. Ffrater .G. dictus Abbas Monasterii talis loci premissa omnimoda reuerentia obedien²⁹ // [Fl. 17] ¶ .xxvij. tiam in omnibus et per omnia filialem. Quoniam exorta tali occasione in terris, regionibus et in mari, guerre dissensiones et tempestates valide insurrexerunt, et cotidieundique conualescunt, a Deo ut neccessaria hominus negotia sine graui periculo non valeant expediri premissa ut tetigimus pericula non modico metuentes summam nobis inpositam a Capitulo generali pro libertatibus ordinis conseruandis ad locum nobis assignatum mittere non audamus. Iccirco paternitatis uestre discretioni et beneuolentie obnixe duximus supplicandum .quesumus. respicientes ad pericula memorata presertim cum perati simus iuxta posse tam uestris quam etiam generale capituli iussionibus per omnia et in omnibus obedire nos ad presens habere dignemini rationabiliter excusatos, et in sequenti si commode fieri poterit uel per monachos uestros ad partes hispaniarum dirigendos gratia uisitandi vel per aliquos ceteros nuntios, prefatam summam uobis curabimus totaliter // [Fl. 17v^o] ¶ xxvij. destinare, habeat nos uestra reuerenda paternitas commendatos.

[Doc. 25]

¶ *De concessione vinee in vita tantum.*

IN nomine Domini amen. Nouerint et ct. Vt supra .j. de communi consensu nostro et beneplacita uoluntate damus et concedimus uobis tali et vxori uestre tali quandam nostram vineam quam habemus in tali loco et pertinet ad uestariam nostram. Cujus vinee; isti sunt termini. In oriente; In occidente. Ad aquilonem. Ad affricum. Damus itaque uobis et dicte vxori uestre supradictam vineam cum suis ingressibus <et egressibus> iuribus et

²⁹ Na margem inferior, pela mesma mão: “possidas”.

pertinenciis suis sub tali videlicet condicione quod eam vos fideliter excolatis plantetis et fructificetis et detis vestiario nostro qui pro tempore fuerit annuatim terciam partem de omnibus fructibus quos Deus dederit in eadem vinea et habeatis illam tantum in vita uestra, post mortem uero uestram dicta vinea cum suis meliorationibus³⁰. <sicut inuenta fuerit, ad jus et ad proprietatem nostri Monasterii libere deuoluatur> et non sit licitum // [Fl. 18] ¶ .xxix. et ct. Vt supra .xxj.

[Doc. 26]

¶ *Ad constituendum procuratorem et cellerarium.*

IN nomine Domini amen. Nouerint vniuersi presentis procuracionis seriem inspecturi, quod Nos Ffrater Georgius Abbas et Conuentus talis loci nomine nostro et Monasterii nostri constituimus facimus et ordinamus procuratorem nostrum sufficientem syndicum vel auctorem fratrem Rufinum monachum nostrum latorem presentis procuracionis in omnibus negociis generaliter et in omnibus causis nostris motis et mouendis ecclesiasticis vel mundanis que uel quas habemus uel speramus habere in tali Ciuitate et in terminis suis contra quamcumque personam tam ecclesiaticam quam etiam secularem coram vicario seu vicariis pretore et aluazilibus eiusdem loci seu coram quibuscumque aliis iudicibus competentibus ordinariis uel delegatis siue etiam subdelegatis ad disponendum de omnibus bonis nostros mobilibus et immobilibus habitis et habendis in dicto loco et in terminis suis necnon et de negociis seu causis emergentibus secundum quod discretioni sue melius et utilius visum fuerit // [Fl. 18v^o] ¶ .xxx. expedire et ad agendum petendum et recipiendum, respondendum deffendendum, excipiendum replicandum contradicendum, opponendum crimina et deffectus componendum, transigendum, arbitrum vel arbitros eligendum, restitutionem in integrum petendum, principaliter seu incidenter, prestandum in animas nostras cuiuslibet generis sacramentum, appellandum et appellationem prosequendum et generaliter ad omnia et singula faciendum, que verus ac legitimus potet et debet facere procurator et que nos faceremus si presonaliter presentes essemus. Concedimus etiam plenariam potestatem dicto procuratori nostro substituendi alium vel alios procuratorem seu procuratores loco sui insimul aut etiam successiue et in se procuracionis officium resumendi quotienscumque et quantumcumque sibi visum fuerit faciendum, ratum et firmum habituri quicquid per ipsum uel substitutum aut substitutos ab eo actum seu procuratum fuerit in premissis et quolibet premissorum et vt ipsum substi-

³⁰ Riscou: "libere ad nostrum Monasterium deuoluatur".

tutum uel substitutos ab eo releuemus ab onere // [Fl. 19] ¶ .xxxj. cujuslibet satisfacionis; fideiubemus pro eisdem et obligamus nos sub ypoteca rerum nostrarum iudicatum solui pro vt iura uolunt. In cuius rei testimonium; eidem predicto procuratori nostro presentem procuracionem dedimus sigilli mei predicti Abbatis et ct. Vt supra .xxj.

[Doc. 27]

¶ *Para demandar ou mou[ro] ou servo que fugiu.*

Sabham todos aqueles que esta virem e leer ouvirem que Nos frey Domingos ³¹ Abade e o Convento de tal logar; mandamos este nosso homem .N. portador desta nossa carta per cada huã terra u quer que lhi mester fezer pera demandar huum nosso mouro ou servo per nome tal que nos fugiu, e damos ao devandicto nosso homem poderio comprido pera arreyga lo u quer que o ache e pera filha lo e recebe lo e aduze lo a nos. Pola qual cousa vos rogamos por vosso bem e por dereyto que devedes a fazer que lhi seyades bóóns e o ajudedes en vossas ter // [Fl. 19v^o] ¶ .xxxij. ras, e en vossos logares, e non lhi leyxedes fazer mal nem força, nem que o nenguum enbargue per raçom do deuandito mouro ou servo. En o testemõio da qual cousa, demos ao dito nosso homem, esta nossa carta aberta séélada do séélo de mim abade. E nos Convento de suso nomeado porque de costume de nossa ordim séélo estremado non avemos, a posiçom do séélo de nosso Abade que aqui e posto em esta carta louamo lo e outorgamo lo.

Dada en tal logar, tal dia, e en tal .Era. depes tanto tempo non valha.

[Doc. 28]

¶ *Procuraçom pera ant'el Rei ou ant'o seu sobrejuiz sobre vendiçom.*

Nouerit vniuersi presentis procuracionis seriem isnpecturi, quod Nos Frater Dominicus ³² Abbas et Conuentus Monasterii Alcobatie, nomine nostro et Monasterii nostri, in causa que vertitur inter nos ex una parte; et talem .N. ex altera super vendicione // [Fl. 20] ¶ .xxxij. cujusdam sarraceni nomine Aly quod idem predictus nobis vendidit sicut in quodam strumento confecto publici tabellionis talis loci plenius continetur coram Excellestissimo domno Dionisio Dei gratia Rege Portugalie et Algarbii vel superjudice suo seu dato iudicibus seu datis ab eodem, constituimus facimus et ordinamus, fratrem .Benedictum conversum nostrum latorem presentis procuracionis procuratorem nostrum legitimum et sufficientem, ad agendum respondendum

³¹ Tratar-se-á de D. Domingos, abade de Alcobaça entre 1291-1297.

³² Será o abade de Alcobaça homónimo entre 1291 e 1297.

excipiendum deffendendum replicandum contradicendum forum allegandum componendum compromitendum appellandum appellationem prosequendum ad prestandum etiam in animabus nostris de calumpnia seu de veritate dicenda, cujuslibet generis sacramentum et ad omnia et singula faciendum que in iudicio et extra iudicium occurrerint que verius et legitimus potest et debet facere procuratorem et que nos facere possemus si essemus presentes et ad substituendum alium vel alios procuratorem vel procuratores loco sui in simul vel et succesive et in se procuratoris officium resumendi quotienscumque // [Fl. 20vº] ¶ .xxxiii. et quantumcumque viderit expedire, ratum et firmum habentes quicquid predictum procuratorem nostrum vel substitutum seu substitutos ab eodem actum vel procuratum exteterit in premissis et singulis premissorum. Et ut ipsum substitutum vel substitutos ab eo releuamus ab omne cujuslibet satisfactionis fideiubemus pro eisdem et obligamus nos sub ypoteca rerum nostrarum, iudicatum solui prout iura uolunt. In cuius rei testimonium eidem predicto procuratori nostro presentem procuracionem dedimus sigilli mei predicti Abbatis munimine premunitam. Et nos prenominate Conuentus quia de consuetudine nostri ordinis sigillum proprium non habemus, appositionem sigilli predicti domini Abbatis nostri concedimus et communiter approbamus.

Datum in Monasterio antedicto tali die et Era.

[Doc. 29]

¶ *Ad requirendum bona paterna.*

Nouerint et ct. quod frater et ct. damus et concedimus frater .N. conuerso nostro lateri presentis, licenciam quod ipse nomine nostro et Monasterii nostri, possit requirere patere et recipere omnia bona parentum suorum que ipsum contingunt et de dictis bonis dis // [Fl. 21] ¶ .xxxv. ponere, ordinare et facere secundum quod a nobis habet in mandatis. In cuius rei testimonium et ct.

[Doc. 30]

¶ *Carta de beneficiis ordinis.*

¶ Frater .N. dictus Abbas Cistercii totusque Conuentus Abbatum Capituli generalis Nobili viro domno .M. et vxori sue domne .V. salutem et orationum suffragium salutare. Exigente pie deuotionis affectu quod ad ordinem nostrum accepimus vos habere, pie petitioni vestre nobis per venerabilem Coabbatem nostrum de Alcobacie oblate benigno prosequentes assensu; concedimus plenariam participationem omnium bonorum que in ordine nostro fiunt et de cetero Domino dante fient, in vita uestra pariter et

in morte, ita videlicet ut cum obitus uester nostro generali capitulo fuerit nuntiatius, ibidem tamquam vnus de fratribus nostris absoluemini, omniumque missarum et orationum quas in ipso generali capitulo singulis annis pro fratribus nostris // [Fl. 21vº] ¶ .xxxvj. iniungimus faciendas efficiemini participes et cumsortes.

Datum apud Cistercium, Anno Domini, tali.

[Doc. 31]

¶ *De faciendo testamento in ultima voluntate.*

IN Dei nomine amen. Nouerint et ct. quod Ego talis timens diem et horam mortis méé; meum facio testamentum. In primis mando et concedo quod corpus meum sepeliatur in Monasterio talis loci, vbi meam eligo sepulturam, et mando eidem Monasterium cum corpore meo, totam meam terciam omnium bonorum meorum mobilium et immobilium que nunc habeo in presenti uel sum de cetero habiturus. Item mando et concedo quod istud meum testamentum sit ultimus et semper valeat et reuoco omnia alia testamenta seu testamentum si quam uel quod feci et mando et concedo quod si ab ista die in antea aliud siue alia fecero testamentum siue testamenta, quod non valeant sed istud presens testamentum semper ultimum habeatur. Et talem facio ex // [Fl. 22] ¶ xxxvij. ecutorem meum et rogo ipsum et ct. In cuius rei testimonium et ct.

[Doc. 32]

¶ *De obligatione Monasterii vel alicui persone.*

IN Dei nomine amen. Nouerint vniuersi et ct. quod .P. confiteor et recognosco me a tali Monasterii tantam pecuniam habuisse quam eidem Monasterium teneor persoluere. Et mando et concedo quod si dictam pecuniam ante diem mortis méé non soluero Monasterio supradicto; quod Abbas et Conuentus ipsius loci in continenti post mortem meam sine contradicione aliqua habeant ipsam pecuniam per omnia bona mea mobilia et immobilia in saluo et in pace. In cuius rei et ct.

[Doc. 33]

¶ *De comissione negocii domini pape.*

Venerabili viro prouido et discreto et ct. Ffrater St(ephanus)³³ Abbas Monasterii talis loci; salutem in omnium saluatore. Noueritis nos recepisse literas summi pontificis sub hac forma.

³³ Não é abade de Alcobaça, pois que aqui encontramos os seguintes abades com o nome de Estêvão: Estêvão Martins (1251-1276, ano em que renuncia, voltando a ocupar a

Celestinus episcopus seruus seruorum Dei et ct ³⁴.

Verum cum propter quedam familiaria negotia, non possimus mandatum apostolicum adpresens persona // [Fl. 22v^o] ¶ .xxxviiij. liter adimplere; Discretioni vestre auctoritate presentium litterarum mandamus, rogantes .quesumus. in ista causa secundum tenorem rescripti apostolici procedatis quousque ad nos dictam causam duxerimus reuocandam.

[Doc. 34]

¶ *De presentatione vicarii perpetui.*

Reuerendo in Christo patri ac domno .J. ³⁵ Dei gratia Episcopo Vlixbonensis, ac venerabilibus viris Decano et Capitulo eiusdem. Ffrater Dominicus ³⁶ dictus <Abbas> Monasterii de Alcobatia; et Conuentus eiusdem loci; premissis manuum osculo; domini Episcopi; salutem et se prouintos (?) ad eorum beneplacita voluntatis. Ad ecclesiam nostram Sancti Petri de Petrenaria vestre dyocesis nunc uacantem per mortem talis quondam vicarii eiusdem, *cujus ecclesie veri patroni sumus et in possessionem seu quasi iuris presentandi existimus ad eandem talem sacerdotem latorem presentem discretum virum, vobis // [Fl. 23] ¶ .xxxix. nomine nostro et nostri Monasterii in vicarium <perpetuum> presentamus, rogantes dominationem vestram ac humiliter postulantes, quatinus dictum presentatum in vicarium perpetuum dignemini instituere in ecclesia memorata. Supplicamus etiam quod in littera confirmationis seu institutionis quam ei dederitis exprimatur quod ipsum ad presentationem nostram institutis in eadem. In cuius rei testimonium, eidem tali; patentes litteras sigillo mei Abbatis sigillatas, ducimus concedendas. Et nos supradictus et ct. appositionem <sigilis> dicti Abbatis nostri concedimus ac etiam approbamus.*

Datum in Monasterio supradicto, tali die, et Era.

cadeira abacial entre 1281-1285); Estêvão Pais (1331-1332). Não poderá ser, dado o contexto do manuscrito, D. Estêvão de Aguiar (1431-1446). Em nenhum caso, as datas coincidem com o governo do papa S. Celestino V (1294).

³⁴ Referência ao papa S. Celestino V, eleito a 5.07 e coroado a 29.08.1294, falecendo em 13.12.1294.

³⁵ Será, provavelmente, D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa entre 1294-1313, para coincidir com o governo do abade alcobacense Domingos (1291-1297).

³⁶ Será D. Domingos, abade de Alcobaça entre 1291-1297.

[Doc. 35]

¶ *De negotio domini pape.*

Frater Dominicus³⁷ dictus Abbas Monasterii Alcobatie; Discretis viris .N. et .P. porcionariis in tali ecclesia; salutem in omnium Salvatore. Noueritis me recepisse litteras summi pontificis // [Fl. 23v^o] ¶ .x. l. sub hac forma.

Bonifacius³⁸ Episcopus seruus seruorum Dei et ct.

Harum igitur auctoritate quam in hoc negotio fungor vobis in uirtute obediencie precipiendo mando, quatinus sexagesima die a receptione presentis computanda, quod terminum vobis properentorio assigno per vos uel per sufficientem procuratorem coram mei in tali loco, comparere curetis cum talibus uel eorum procuratore super premissis facturi et recepturi quantum ditauerit ordo iuris. Et si forte dies comparationis seu litigii in diem incidere feriatam <que> in sequenti proxima pareatis que non fuerit feriatam. Alioquin non possem stare quin in dicto negotio procederem prout de iure fuerit procedendum.

Data tali loco, die, et Era.

[Doc. 36]

¶ *De cellerario faciendo alicujus ville.*

Nouerint vniuersi presentis procuracionis seriem inspecturi; quod Nos Ffrater .N. Abbas et Conuentus Monasterii talis loci, facimus, constituimus et ordinamus procuratorem nostrum et nuntium specialem .Ffratrem .B. monachum et Cellerarium nostrum; in tali loco latorem presentis procura / / [Fl. 24] ¶ .xlj. tionis super omnibus rebus nostris possessionibus hereditatibus, vineis, domibus oliuetis, ortis, redebitibus et prouentibus et super omnibus aliis <rebus> nostris tam mobilibus quam immobilibus, quas nunc habemus seu habere debemus et sumus deinceps habituri in tali loco et in terminis suis dantes eisdem plenariam potestatem, arrendandi omnia et singula supradicta quantumcumque et quotienscumque quod uiderit expediri recipiendi et conseruandi omnes redditus et prouentus nostros vndecumque nobis prouenerint seu prouenire debuerint, requirendi procurandi, recipiendi in locis omnibus supradictis omnia iura nostra, mauros et maurus, seruos et seruas, bestias et ganatos, et omnia nostra furtiua et fugitiua que in iam dictis locis potuerit inuenire. Constituimus inquam ipsum procuratorem nostrum syndicum et auctorem in omnibus causis nostris motis et mouendis

³⁷ Será D. Domingos, abade entre 1291-1297.

³⁸ Alusão a Bonifácio VIII, cujo pontificado ocorreu entre 24.12.1294 (eleição) até 11.10.1303.

quam uel quas ipse contra aliquid uel aliquos mouerit uel aliquis seu alicui mouerit contra ipsum super possessionibus, hereditatibus, et rebus aliis supradictis ad nostrum Monasterium pertinentibus, ad respondendum, contradicendum, agendum, excipiendum, deffendendum forum allegandum, appellandum et appellationem prosequendum si necesse fuerit ad prandum in animabus // [Fl. 24v^o] ¶ xliij. Nostris cujuslibet generis sacramentum, et ad omnia alia et singula que in iudicio et extra iudicium occurrerint facienda que uerus et legitimus potest et debet facere procurator et que nos faceremus si presentes essemus, coram quecumque iudice causa petente ecclesiastico uel mundano, ordinario uel delegato seu arbitro. Dantes etiam eidem potestatem constituendi seu substituendi alium uel alios procuratorem uel procuratores loco sui et in se procurationis officium resumendi quantumcumque et quotienscumque uiderit expedire promittentes nos ratum et firmum habere quicquid per ipsum procuratorem nostrum uel ab eo constitutum seu constitutos substitutum seu substitutos actum uel ordinatum fuerit in premissis et singulis premissorum, et ut ipsum substitutum uel substitutos ab eo releuemus ab omni onere satisfactionis, fideiubemus pro eos et obligamus³⁹ nos sub ypoteca omnium rerum nostrarum iudicatum solui jus et iura uolunt. In cuius rei testimonium presentem procura // [Fl. 25] ¶ xliij. tionem sigillo mei Abbatis munitam eidem ducimus concedendam. Et quia nos prefatus Conuentus de consuetudine nostri ordinis sigillum proprium non habemus; appositionem sigilli domini Abbatis nostri concedimus et communiter approbamus.

Datum in Monasterio supradicto; tali die; et tali Era.

[Doc. 37]

¶ *Ad aliquem cardinalem de recomendatione uel supplicando eidem pro aliquo.*

Excellentissimo et reuerendissimo in Christo patri ac domino karissimo domno . . Sacrosancte Romane Ecclesie titulus Sancte Petentiane presbitero cardinali; Frater Dominicus⁴⁰ dictus Abbas Alcobatie ac Conuentus eiusdem Cisterciensis ordinis et Ulixbonensis diocesis; manus humiliter osculari, cum orationum suffragio singulari gaudemus⁴¹ non modice in Domino et beata Maria, quia bonitatis uestre meritas⁴²; tamquam Áaron ad officium cardinalatus Dei filius uoluit uos uocare, ut in ecclesia sua quam idem suo

³⁹ Repete: "mus".

⁴⁰ D. Domingos, abade de 1291-1297.

⁴¹ Provável correção a partir de "iubemus" (?).

⁴² Raspou algumas letras.

sanguine⁴³ comperauit centis lucerna ardens et lucens ut per uestrum auxilium, consilium et industriam uestram, in spiritualibus // [Fl. 25v^o] ¶ .xliiij. et temporalibus suscipiat incrementum. Ceterem quia religiosos viros, qui diuinis existunt obsequiis mancipati, malorum incentor per mundi amatores non desinit impugnare, ac tranquillitatem eorundem et pacem turbare impugnationibus variis et diuersis, ad paternitatem uestram benignam quam Dominus ad protectionem Cisterciensis ordinis et suorum habebat in sue prouidentie armario reseruatum, duximus neccessario recurrendus petentes precibus humillissimis ac deuotis .quesumus. nos et Monasterium nostrum Alcobatie, commendatum habere dignemini in uisceribus caritatis commendantas nos per vestras litteras non solum domino Regi nostro Portugalie qui nuper existit speciale beneficis et patronus; verum etiam domino Bracarensis Archiepiscopo, aliisque Episcopi Regni Portugalie et precipue domino Episcopo Vlixbonensi diocesano nostro, ut uniuersi et singuli obexistant favorabiles et benigni, permittentes uti priuilegiis et libertatibus nostris et in tranquillitate ac pace, gratum et acceptabilem Deo inpendere famulatum, et si reueren // [Fl. 26] ¶ xlv. tissime pater vobis intemporalibus non possumus deseruire quare in fine totius orbis per spatia existentes in spiritualibus tamen deuotius seruiemus vt uitam uestram in dierum longitudine et honore, Dei filius dirigat et conseruet.

Datum et ct.

[Doc. 38]

¶ *Procuraçom sobre alguã contenda.*

Cognhoscam quantos esta presente procuraçom virem e léer ouuirem que nos ffrey Domingos <Abade> e o Conuento d' Alcobaça sobre contenda que é ou aspera a sséer antre nos da huã parte e tal homem de tal logar da outra sobre tal cousa ou sobre tal logar que e en termho de tal vila estabelecemos fazemos e ordinamos nossos procuradores lídimos e auondosos taes aportadores da presente procuraçom ambos ensinbra e cada uum deles per sí, que non seya melhor condiçom daquel que primeyro compeçer o preyto, mays o que cada uum delles⁴⁴ compeçar possa o acabar o outro, per dante os onrados baroens e sages Alcayde e Alvaziis de tal logar ou perdante outro ou outros qualquer juiz ou juizes conuenhaues tambem ecclesiasticos, come sagraes delegados ou alvidros, a demandar, pedir, receber e responder, deffender // [Fl. 26v^o] ¶ xlvj. contradizer, recõvír, replicar põer excepçõens foro e costume, alegar crimees e defectos apõer, a dar iuramento em nossas

⁴³ Neste espaço, surgem letras raspadas.

⁴⁴ Riscou: "j".

almas de qualquer maneyra e a recebe lo da outra parte, apelar e apelações seguir e a fazer todas as outras cousas e cada huã delas que verdadeyros e auondosos e lífdimos procuradores podem e deuem a fazer de dereyto no dicto negotio en juyzo e for a de juyzo e que poderíamos fazer nos se presentes fossemos contra o sobredito tal homem vezinho de tal logar e contra outras quaesquer persõa ou persõas que a nos, tal cousa ou tal logar queyram enbargar ou deteer. E damos aos ditos nosso procuradores, e cada uum deles comprido poder que possa fazer outro [e] outros procurador ou procuradores en seu logo e de filhar en si o preyto cada que quizerem e per quantas uezes virem que é mester. E prometemos á auer firmes e estaues todas as cousas que pelos ditos nossos procuradores ou per cada uum deles o per aquel ou aqueles // [Fl. 27] ¶ xlvij. Que eles ou cada uum deles fezer en seu logo; forem feytas e ordinadas en as deuandictas cousas e en cada uã delas, pro[me]tendo por eles e por cada uum deles a releua los en as custas e despesas se i acaecerem; e paga las como forem iulgadas, assi com' o dereyto manda, so obligamentos de todos nossos beens. En testemõio destas cousas damos aos dictos nossos procuradores esta presente procuraçom seelada do seelo de mim Abade, de susodicto. E nos deuandito Conuento porque de costume de nossa ordim seelo proprio non auemos, outorgamos e louuamos o põymento do seelo de nosso Abade.

Dada em Alcobça tali die e Era tali.

[Doc. 39]

¶ *Procuraçom sobre cousas movis e de raiz.*

Sabham quantos esta procuraçom virem e leer ouvirem que Eu tal molher faço e ordiõ e estabelesco meu procurador leedimo e abastoso tal homem portador desta presente procuraçom, sobre todas aquelas cousas mouis e de raiz que eu ey en tal logar e // [Fl. 27vº] ¶ xlvij. devo á áuer de dereyto en termho de tal vila contra qualquer persõa ou persõas qualquer ou quaesquer teentes ou enbargantes essas cousas ou cada huã delas perdante o A[l]cayde e os Alvaziis desse logar nomeado ou perdante nosso ssenhor dom Denis Rey de Portugal e do Algarve ou perdante seus sobrejuyzes ou sobrejuiz ou ouvidor ou perdante ssa corte, ou perdante outra ou outras persõas convenhaves assi ecclesiasticas come segraes pera demandar e receber as rendas de todas essas cousas e de cada huã delas que eu devo á áver de dereyto e que a mi pertencem e cada huã delas e dou lhi poder comprido pera razõar sobrelas ditas cofusas assi em iuyzo come fora de iuyzo, e pera fazer procurador ou procuradores e pera revoga los e pera filhar en si a procuraçom se mester for e pera iurar em mha alma iuramento de qualquer maneyra que fezer ao preyto, e pera to //.

[fl. 28 – branco ⁴⁵].

[Documentos acrescentados em data posterior]

[Fl. 2]

De faciendo strume[ntibus].

[Doc. 40]

[1414.04.25, Alcobaça]

Uenerabili uiro Roderico Gonsalui archidiacone in ecclesie cathedrali Portuensi. Item. Venerabili et discreto viro domno Gonsaluo Iohannis in ecclesia Metropolitanensi nobilissime ciuitatis Ulixbonensis, Canonico ad ad presens Reuerendissimi patris et domini domni Iohannis Dei et apostolice sedis gratia cardinalis Ulixbonensis ad predictae metropolitane ecclesie et diocesis Ulixbonensis perpetui administratoris,, in spiritualibus et temporalibus. Vicario generali. Frater Iohanes de d’Ornellis ⁴⁶ abbas Monasterii de Alcobatia ordinis Cisterciensis diocesis supradicte. Salutem in Domino Ihesu Christo et mandatis apostolicis firmiter obedire. Nouerit discretio uestra nos literas quasdam apostolicas sanctissimi patris domini ad domni Iohannis pape sua uera bulla plumbea in filo canapis dependenti bullatas recepissemus, formam que sequitur continentes.

Iohanes et ct ⁴⁷.

Verum quaere nos quo ad presens circa alia plura negotia nostri Monasterii et nostra sumus a Deo occupati quod cognitioni et decisioni dicte cause uel dictarum causarum in dictis litteris contente uel contentas non possumus commode interesse. Ideo eandem causam uel easdem causas cum enim gentibus et connexis et dependentibus <et qualibet ipsarum> ab eadem uel ab eisdem uobis tenore presentium committimus audiendam ⁴⁸ uel audiendas et fint debitus terminanda uel terminandas. Mandantes uobis auctoritate apostolica qua fundimur in hac parte ut quod decreueritis faciatis per censuram ecclesiasticam firmiter obseruari. Testes autem qui nominati fuerint si se gratia, odio uel timore subtraxerint censura simili compellantis ueritati testimonium perhibere. Inuocato ad premissa si opus fuerit auxilio

⁴⁵ Fólio identificado com a folha de guarda da encadernação.

⁴⁶ Abade de Alcobaça entre 1381 e 1414.

⁴⁷ Referência ao papa João XXIII, cujo pontificado ocorreu entre 17.05.1410 e 29.05.1415.

⁴⁸ Riscou: “eas”.

brachii secularis. In quarum omnium premissorum testimonium hac patentes literas dieri fecimus etiam sigilli nostri munime roborari. Datum in Monasterio Alcobacie xxv. Die mensis Aprilis. Era. M^a. iiii^c. Lij^a.

[Doc. 41]

Reuerende pater et in Christo karissime. Frater Clemens prior Monasterii Sancte Marie de Alcobacia tenens locum regiminis et curam habens animarum Deo seruientium in ipso Monasterio ad huc uacante per decessum domini .Johani. de d'Ornellis quondam ipsius Monasterii abbatis⁴⁹. Reuerenciam uobis et reuerendissimo Capitulo ecclesie cathedralis ciuitatis Ulixbonensis, tam debitam quam deuotam cum debita recomendatione. Nouerit uestra paternitas domine mei karissime, mihi fuisse dictum quod in ciuitate antedicta et ct. de licencia uestra seu uestri consensus obtentu et uenerabilis predicti Capituli sacri ordinis sunt celebrandi. Qua propter uestram benignitatem de qua plenis et ct^a //

[Doc. 42]

[Fl. 2 v^o]

Reuerendo in Christo patre ac domino domno Laurencio⁵⁰ miseratione diuina Ulixbonensis episcopo, ffrater Vincentius Geraldii Abbas monasterii Alcobatia Reuerentia tam debitam quam deuotam. Intelleximus quod sabbato quatuor temporum uidelicet vigesima. viij^o. die mensis Madii in proximo uentura sacra ordines intenditis celebrare, quapropter benignitatem uestram de qua plene confidimus instantissime deprecamur quatinus in augmentatione diuini officii monachos nostros latores presentium ad sacras dignemini prouter uidelicet fratres Andrea de Popula, Petru de Cella, Martinum eiusdem loci ad ordines diaconatus, ffratres Stephanum de Benposta, Martinum de Valada ad ordines subdiaconatus, de eorum uita et conuersatione scimus eos ad hoc uita et moribus dignos esse. Viuat et abeat uicta uestra felicissimus temporibus et longeuus.

Scriptum apud predictum nostrum monasterium xxij die mensis supradicti.

⁴⁹ A morte de D. João de Ornelas, em 1414, foi seguida por algum tempo de hesitações na escolha do novo abade. Assim, em 1414 foi eleito D. Fr. Lourenço, bacharel em Leis, que não aceitaria a eleição, recaindo esta em favor de D. Gonçalo. Mas, nesse mesmo ano de 1414, o abaciado seria dado a D. Fernando do Quental.

⁵⁰ D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa entre 1359 e 1364.

[Doc. 43]

[Carta de transferência para profissão]

Ao honrrado Senhor padre dom ffrei Vicente Giraldez Abbade d'Alcobaça, o seu de Sam Paulo reuerença qual devo ffaço vos saber que frei Johane da Cela mogo e proffesso meu e do dicto Monsteiro me requereo por ssi e por outras pessõas por que eu devo de fazer que lhi quitasse a proffissom que me fez e lhi outorgasse lecença pera poder fazer proffissam em esse vosso Monsteiro que segundo dizia entendia hi salvar sua alma. E eu a rogo das dictas pessõas e aa instançia do dicto frei Johane quitando lhe a dicta proffissom lhi outorguei a leçença que demandava. E porque tenho cura da sua alma ataa que alhur seja professo. Porem enviamo lo a vos e ao dicto vosso Monsteiro pera fazer em el proffissom. Por que vos peço que depois que a vos chegar ataa quatro dias o queirades reçober com a sua proffissom segundo se acostuma em a nossa ordem fazer e depois que a vos fezer. E eu entom e dess entom asolvo o e quito o por estas leteras seeladas do meu seelo as quaes mando que valham ataa x dias e mais non.

Dante em tal logar tantos dias de tal mes Era ct. //

[Doc. 44]

[Fl. 3]

Venerabili in Christo domino karissimo Abbati Sancti Petri de Aquilis, ffrater Vincentius Gerardi Abbas Alcubatie, salutem et alterius onera suportare. Cum igitur frater Dominicus lator presentium dudum a longis retroatis temporibus in dicto nostro monasterio tanquam monachus claustralis persistet salutis sue anime in memor dictum nostrum monasterii illi [renunciare (?)] abiecto habitu tamquam apostata et fugiti[v]us est egressus et in dicta apostasia in detrimento anime sue per longa tempora et usque nunc incessit, tandemque modo conversus et ad correctionem ordinis disciplinam reuersus ad portam predicti nostri monasterii accessit in ordine moris et moris, Et pro religiosum virum fratrem Dominicum priorem dicti nostri monasterii non efficantes et assiduas partes fieri et porrigi procuravit ut sibi contenderemus licentiam ad nostrum monasterium se tran[s]ferre quia ibidem prout dicebat <uel> intendebat uel intelligebat animis saluare Nos uero precibus dicti prioris inclinati et instancia ipsius monachi hactentis remissa professione quam nobis fecit sibi concessimus licencia quam petebat quia curam sue anime quo adusque alibi fuit proffessus habeamus conuictio ipsim ad nostrum et uestrum monasterium causa profficiendi ab excommunicatione quam per predictam apostasiam incurrit absolu[imus] transmittimus deportantes a[d] nuticiam uestram quatenus ipsum causa

proffessione sua infra octo dies posquam ad uos peruenerit ad ⁵¹ penitentiam talibus apostatis pro ordine [...]tam recipere uellitis secundum laudabilem consuetudinem in ordinis obseruatam et [proffessi]onem quam nobis fecit dum et quando fecerit ipsam prout ex tunc et ex tunc pro[ut ex] nunc absoluius et quitamus per presentes quibus nostrum sigillum duximus [munere] dicti presentibus enim munime ualeore usque talem diem uisus robore duratura.

Datum in nostro monasterio antedicto xv die mensis Madii anno Domini millesimo CCC lxxiii^o in testimonio premissorum.

[Doc. 45]

¶ **Peticio dispensationis.**

Frater Fernan[dus] de Landal diaconus ⁵² monachus professus Monasterii Sancte Marie de Alcubacia ex nunc absque sui maioris licencia de predicto Monasterio, quampropter captus fuit et in carcere positus, de quo exiens et frangens ad ipsum carcerem reuersus est adsoltum. Nunc iam uero rediens ad suum ordinem Deo dante ubi peregit penitentiam sibi iniunctam secundum estatuta ordinis, supplicat et petit humiliter secum dispensari et ad pristinum gaudium restitui.

[Doc. 46]

[Fl. 3v^o]

Reverendissimo in Christo patri ac domino domno Valasco ⁵³ miseratione divina Colimbriensi episcopo, frater Vincentius Gerardi Abbas Alcobatie reuerentiam tam debitam quam deuotam. Intelleximus quod sabato quatuor temporum inproximo uentura uidelicet xix die ⁵⁴ mensis Sebtentris sacras ordines intenditis celebrare quampropter benignitatem uestram de qua plene confidimus instantissime deprecamur quatenus in augmentacione diuina officii monachos nostros latores presentium ad sacros dignemini promouere quos quidem monachos nostros nominatim duximus exprimendos uidelicet ⁵⁵ fratres Luduvicum de Popula, Petrum de Cela, Martinum eiusdem loci ad ordines presbiteratus, fratres Martinum de Valada, Johanem de

⁵¹ Corrigiu de: "ade".

⁵² Riscou: "professus".

⁵³ Tratar-se-á de D. Vasco Fernandes, arcebispo de Toledo e administrador de Coimbra circa 1364-1371.

⁵⁴ Corrigiu de: "dia".

⁵⁵ Riscou: "fratri".

Aljumarrota ad ordines diaconatus, fratres Gondisaluum de Elbora et Johanem de Popula ad ordines subdiaconatus, fratres Johanem de Elbora et Alvarum de Leyrene et Vincentium eiusdem loci ad ordines acolitatus. De eorum uita et conuersatione nulatenuis dubitantes Nos enim in quantum humana fragilitas nosse finit scimus eos uita et moribus ad hoc dignos esse. Viuat et ualeat uestra reuerenda paternitas felicissimis temporibus et longeuus.

Scriptum inde apud predictum Monasterium x die predicti mensis Sebtenbris.

[Doc. 47]

¶ *Petitio dispensationis.*

Frater Fernandus de Landal, diaconus, monachus professus monasterii Sancte Marie de Alcobatie, exiuit absque sui maioris licencia de predicto Monasterio, qua ipse captus fuit et in carcere positus, de quo exiens et frangens ipsum carcerem reuersus est absoltum. Nunc iam uero rediens ad suum ordinem Deo dante, ubi peregit penitentiam sibi iniunctam secundum statuta ordinis, supplicat et petit humiliter secum dispensari et ad pristinum guardium restitui., necnon quatinus possis stare, accedere seu ascendere ac promoueri ad omnes actus legitimos, ipso tamen de legitimo matrimonio procreato. //

[Doc. 48]

[Fl. 19⁵⁶]

Carissimo in ecclesia cathedrali nobilissime ciuitatis Vlixbonensis et decano, frater Fernandus⁵⁷ abbas Monasterii de Alcobaçia amorem et salutem in eo qui mandat salutos jacere. Carissime ex relata cognouimus quod sabbato quatuor temporum, uidelicet vicesima prima die mensis Madii in proximo uentura sacri ordines in dicta ciuitate sunt celebrandi, quapropter bonitatem uestram de qua plene confidimus, confidenter deprecamur... //

⁵⁶ Documento de mão quatrocentista lançado na margem inferior do fôlio.

⁵⁷ Será D. Fernando do Quental, abade de Alcobaça entre 1414 e 1431.